



ORDEM DOS ADVOGADOS  
CONSELHO REGIONAL DE LISBOA

# RELATÓRIO ANUAL

## 2017





ORDEM DOS ADVOGADOS

---

CONSELHO REGIONAL DE LISBOA

## CONSELHO REGIONAL DE LISBOA

Rua dos Anjos, n.º 79  
1150-035 Lisboa

E: [crlisboa@crl.oa.pt](mailto:crlisboa@crl.oa.pt)  
T: 21 312 98 50  
S: [www.oa.pt/crl](http://www.oa.pt/crl)  
F: [facebook.com/cdloa/](https://facebook.com/cdloa/)

# ÍNDICE

<b>Nota Prévia</b>	<b>4</b>
<b>Conselho Regional de Lisboa</b>	<b>6</b>
» Pelouros	7
» Reuniões Plenárias	10
» Representação Institucional	12
» Gabinete de Assessoria Jurídica	15
» Atividade do Conselho Regional de Lisboa	17
<b>Inscrições</b>	<b>22</b>
<b>Centro de Estágio</b>	<b>25</b>
<b>Centro de Estudos</b>	<b>31</b>
<b>Serviço do Apoio Judiciário</b>	<b>36</b>
<b>Secção de Combate à Procuradoria Ilícita</b>	<b>42</b>
<b>CAL – Centro de Arbitragem de Litígios Cíveis, Comerciais e Administrativos da Ordem dos Advogados</b>	<b>44</b>
<b>Gestão e Expediente</b>	<b>45</b>
<b>Imagem e Comunicação</b>	<b>46</b>
<b>Responsabilidade Social</b>	<b>49</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>50</b>
<b>Condolências</b>	<b>52</b>

# NOTA PRÉVIA

Os dados estatísticos e demais informação constante do Relatório de Atividades do Conselho Regional de Lisboa, mostram com detalhe a atividade desenvolvida ao longo de 2017.

No enquadramento das competências estatutárias, a dispensa do segredo profissional, a emissão de pareceres, as inscrições de advogados estagiários e de advogados, a organização, os procedimentos e o acompanhamento dos cursos de estágio, a formação contínua, o combate à procuradoria ilícita, as nomeações de patrono, as vicissitudes e o atendimento aos beneficiários do apoio judiciário são as matérias que, a par de outras de natureza diversa, tais como, ações de responsabilidade social e ambiental, e iniciativas de natureza cultural, compõem o elevado volume de trabalho empreendido pelo Conselho.

De tais matérias, destacam-se os seguintes indicadores:

- i. Pedidos de dispensa de sigilo profissional decididos: 276;
- ii. Pedidos de Inscrição de Advogados Estagiários 1ª fase: 633;
- iii. Inscrições de Advogados, na sequência da conclusão do estágio: 526;
- iv. Advogados Estagiários na fase complementar/2ª fase do estágio: 1058;
- v. Cursos de Estágio: CE 2016, frequentado por 536 Advogados Estagiários; CE 2017, frequentado por 633 Advogados Estagiários;
- vi. Organização de 2 provas escritas do exame final de avaliação e agregação realizadas por 382 Advogados Estagiários;
- vii. Organização de 4 épocas de provas orais do exame de avaliação e agregação, correspondente a 491 provas realizadas e 175 júris constituídos.
- viii. Organização das "entrevistas" que integram a prova de agregação, correspondente a 320 entrevistas realizadas e 91 júris constituídos;
- ix. Organização da prova escrita que integra a prova de agregação realizada por 320 Advogados Estagiários;
- x. Formação contínua: 86 conferências; formação complementar: 41 acções de formação
- xi. Formação contínua e complementar (CRL): 3 876 participantes;
- xii. Nomeações de patrono (SADT): 77 161;
- xiii. Despachos sobre escusas, dispensas de patrocínio e substituições: 14 627;
- xiv. Vicissitudes registadas: 13.690;
- xv. Processos de procuradoria ilícita: autuados: 53; julgados: 151;
- xvi. Acompanhamento de 18 diligências ao abrigo do artigo 75º do EOA.

A todas as pessoas que integram a estrutura orgânica e organizativa do Conselho, regista-se uma palavra de agradecimento pelo empenho, dedicação e responsabilidade no exercício das funções.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2017

Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados

## 2017 NUM INSTANTE



Ações de formação



Pedidos de dispensa  
de sigilo profissional  
findos



Provas Orais



Pedidos de inscrição como  
Advogado e Advogado  
Estagiário



Nomeações no âmbito  
do Apoio Judiciário



Despachos provenientes de  
Vicissitudes pelo Gabinete de  
Assessoria Jurídica



Entradas

# CONSELHO REGIONAL DE LISBOA

O Conselho Regional de Lisboa é o órgão da Ordem dos Advogados com competências na área territorial da região de Lisboa.

Compete ao Conselho Regional de Lisboa defender o estado de direito, os direitos, liberdades e garantias, emitir pareceres sobre projetos de diplomas legislativos que interessam ao exercício da advocacia e ao patrocínio judiciário, assegurar o respeito dos direitos dos Advogados, pronunciar-se sobre questões de carácter profissional, promover a formação inicial e contínua dos Advogados e Advogados Estagiários, combater a procuradoria ilícita e nomear e julgar escusas de Advogados no âmbito do patrocínio oficioso, entre outras atribuições.

De acordo com o artigo 53º do Estatuto da Ordem dos Advogados, que define a constituição dos Conselhos Regionais, o Conselho Regional de Lisboa é composto por um presidente, três vice-presidentes e 17 vogais.

Nas eleições de 6 de dezembro de 2016, foi eleita a equipa do Conselho Regional de Lisboa para o triénio 2017-2019.

## ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Lei n.º 145/2015 de 9 de setembro

SECÇÃO X  
Conselhos regionais

**Artigo 53.º**  
Constituição

1 - Em cada uma das regiões referidas no n.º 1 do artigo 2.º funciona um conselho regional.

2 - Cada conselho regional é composto por um presidente, ao qual assiste voto de qualidade.

3 - Cada conselho regional elege um vice-presidente, à exceção dos conselhos regionais de Lisboa e Porto que elegendem, respetivamente, três e dois vice-presidentes, sendo ainda eleitos 17 vogais para os conselhos de Lisboa, 14 do Porto, nove de Coimbra, seis de Évora, cinco de Faro e quatro da Madeira e quatro dos Açores.

4 - Cada conselho regional elege, no início do triénio, os vogais do conselho que desempenham os cargos de secretário e de tesoureiro.



FOTOGRAFIA | Tomada de Posse da equipa do Conselho Regional de Lisboa Triénio 2017-2019

# PELOUROS

As competências do Conselho Regional de Lisboa distribuem-se por várias atividades e temas, desde a Parcerística passando pelo Apoio Judiciário, o Combate à Procuradoria Ilícita, a Formação e os Direitos Humanos.

O Conselho Regional de Lisboa organiza-se por pelouros atribuídos aos conselheiros eleitos, que trabalham e desenvolvem as várias competências atribuídas pelo Estatuto, bem como outros assuntos cuja atualidade e importância sejam considerandos relevantes.

Representação Institucional

Processos de Inscrição

Congresso dos Advogados

Apoio Judiciário

Delegações e Interdelegações

Dispensa de Sigilo Profissional

Relações com o Conselho de Deontologia

Parcerística

Relatório da Justiça

Bases de Dados e Informática

Buscas em Escritórios de Advogados

Recursos Humanos e Instalações

Formação

Imagem, Flash CRL e Site

Procuradoria Ilícita e Advocacia Preventiva

Centro de Arbitragem e de Litígio

Comissão para as Reformas Legislativas

Protocolos com Terceiros

Jovens Advogados

Advogados de Empresa

Relações Internacionais

Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores

Sociedades de Advogados

Atividades Culturais

Advogados em Prática Individual

Atavio

Direitos Humanos



**ANTÓNIO JAIME MARTINS**  
Presidente

Representação Institucional	Recursos Humanos e Instalações
Congresso dos Advogados	Comissão para as Reformas Legislativas
Delegações e Interdelegações	Relações Internacionais
Dispensa de Sigilo Profissional	Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores
Parcerística	Sociedades de Advogados
Relações com o Conselho de Deontologia	Direitos Humanos



**LUÍS SILVA**  
Vice-Presidente

Representação Institucional	Recursos Humanos e Instalações
Congresso dos Advogados	Relações Internacionais
Dispensa de Sigilo Profissional	Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores
Comissão para as Reformas Legislativas	Sociedades de Advogados
Parcerística	Direitos Humanos
Relatório da Justiça	



**JOÃO MASSANO**  
Vice-Presidente

Representação Institucional	Bases de Dados e Informática
Processos de Inscrição	Recursos Humanos e Instalações
Congresso dos Advogados	Formação
Dispensa de Sigilo Profissional	Relações Internacionais
Comissão para as Reformas Legislativas	Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores
Parcerística	Sociedades de Advogados
	Direitos Humanos



**RUI TAVARES**  
Vice-Presidente

Representação Institucional	Recursos Humanos e Instalações
Congresso dos Advogados	Comissão para as Reformas Legislativas
Delegações e Interdelegações	Relações Internacionais
Dispensa de Sigilo Profissional	Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores
Sociedades de Advogados	Advogados em Prática Individual
Parcerística	Direitos Humanos



### ANA GRADIZ CORREIA

Vogal

Buscas em escritórios de Advogados



### ANA MIRAGAIA

Vogal

Procuradoria Ilícita e Advocacia Preventiva  
Buscas em escritórios de Advogados



### BERNARDO SERUCA MARQUES

Vogal

Delegações e Interdelegações  
Bases de Dados e Informática  
Buscas em Escritórios de Advogados  
Procuradoria Ilícita e Advocacia Preventiva  
Atividades Culturais  
Advogados em Prática Individual



### CARLA RODRIGUES DIAS

Vogal

Delegações e Interdelegações  
Advogados em Prática Individual



### CRISTINA PEREIRA

Vogal

Delegações e Interdelegações  
Buscas em Escritórios de Advogados  
Procuradoria Ilícita e Advocacia Preventiva  
Advogados em Prática Individual



### JOÃO DUARTE DIAS

Vogal

Delegações e Interdelegações  
Buscas em escritórios de Advogados  
Protocolos com Terceiros



### JOÃO SAMPAIO

Vogal

Recursos Humanos e Instalações  
Centro de Arbitragem de Litígios  
Relações Internacionais



### MADALENA JANUÁRIO

Vogal

Recursos Humanos e Instalações



### MADALENA ZENHA

Vogal

Formação  
Atividades Culturais



### M<sup>a</sup> EDUARDA PROENÇA DE CARVALHO

Vogal

Buscas em Escritórios de Advogados  
Protocolos com Terceiros  
Sociedades de Advogados  
Atividades Culturais  
Atavio



### MARIA JOSÉ LOPES BRANCO

Vogal

Delegações e Interdelegações  
Procuradoria Ilícita e Advocacia Preventiva  
Advogados em Prática Individual



### NUNO PEREIRA DA CRUZ

Vogal

Buscas em escritórios de Advogados  
Imagem, Flash, Newsletter, Site  
Protocolos com Terceiros  
Jovens Advogados  
Advogados de Empresa





### **OLGA M. RIBEIRO**

Vogal

Delegações e Interdelegações  
 Procuradoria Ilícita e Advocacia Preventiva  
 Apoio Judiciário  
 Buscas em escritórios de Advogados  
 Advogados em Prática Individual



### **PAULO MIGUEL ENCARNÇÃO**

Vogal

Formação  
 Processos de Inscrição  
 Imagem, Flash CRL e Site  
 Actividades Culturais



### **QUITÉRIA DA LUZ**

Vogal

Apoio Judiciário  
 Delegações e Interdelegações  
 Buscas em Escritórios de Advogados  
 Advogados em Prática Individual



### **RAQUEL GALINHA ROQUE**

Vogal

Buscas em Escritórios de Advogados  
 Centro de Arbitragem e de Litígio  
 Jovens Advogados  
 Advogados de Empresa



### **VASCO PAIS BRANDÃO**

Vogal

Apoio Judiciário  
 Delegações e Interdelegações  
 Bases de Dados e Informática  
 Advogados de Empresa  
 Recursos Humanos e Instalações  
 Imagem, Flash CRL e Site  
 Procuradoria Ilícita e Advocacia Preventiva

## REUNIÕES PLENÁRIAS

O Conselho Regional de Lisboa reúne em plenário para avaliação e debate dos assuntos de natureza mais relevante e estrutural.

Em 2017, realizaram-se nove reuniões plenárias, cujas ordens de trabalho se disponibilizam:

### 23 de fevereiro 2017

- » Relatório e contas de 2016;
- » Designação dos Membros do Conselho responsáveis pelos diversos pelouros de actividade;
- » Designação do Vogal Secretário;
- » Designação do Vogal Tesoureiro;
- » Deliberação relativa à movimentação das contas bancárias do CRL;
- » Pedido de renúncia ao cargo de vogal da Delegação de Benavente;
- » Designação do representante do CRL para integrar a Comissão "Defesa dos actos próprios da advocacia" | Ratificação
- » Designação do representante do CRL para integrar a CNEF | Ratificação;
- » Designação do representante do CRL para integrar o IAD | Ratificação;
- » Designação do representante do CRL para integrar a CPAS;
- » Informações:
  - i) Deliberação da Interdelegações de 14.01.2017;
  - ii) Representantes do CRL junto do Conselho Consultivo das Comarcas de Lisboa, Lisboa Norte e Lisboa Oeste;
  - iii) Eleições tomadas de posse das Delegações.

### 16 de março 2017

- » Linhas programáticas para o triénio;
- » Plano de actividades nos vários pelouros para 2017;
- » Regulamento de Estágio: balanço sobre a sua aplicação;
- » Regime do inventário: necessidade de alteração;
- » Renúncia ao cargo de vogal da Delegação de Almada;
- » Informações.

### 11 de maio 2017

- » Balanço sobre a aplicação do CPC de 2013;
- » Regulamento de Estágio: balanço da sua aplicação;
- » Regulamento de contratação de formadores: sua inadequação e ausência de sistema de avaliação;
- » Justiça em números: análise comparativa dos últimos 3 anos;
- » Ratificação da designação do representante do CRL para o Conselho Geral da CPAS;
- » Homenagem ao Bastonário Dr. António Pires de Lima;
- » Informações.

## 20 de junho 2017

- » Constituição de Grupos de Trabalho: atos próprios e segredo profissional; reforma judiciária; processo civil, processo penal; processo laboral; custas judiciais; sistema de apoio judiciário;
- » Combate à procuradoria ilícita: criação do portal e respetivas funcionalidades;
- » Conselho de Comarca de Lisboa: nomeação de representantes do CRL;
- » CPAS: Representante do CRL na reunião do Conselho Geral da CPAS;
- » Regulamento eleitoral das Delegações da Ordem dos Advogados;
- » Dispensa de sigilo: preenchimento dos requisitos do art.º 113.º do EOA;
- » Informações.

## 13 de julho 2017

- » Regulamento eleitoral das Delegações da Ordem dos Advogados;
- » Dispensa de sigilo: preenchimento dos requisitos do art.º 113.º do EOA;
- » Combate à procuradoria ilícita: reunião da Comissão e “diretórios de advogados”;
- » Ratificação de parecer em matéria de patrocínio a advogado (art.ºs 46.º, n.º 1, al. u) , 54.º, n.º1, al. f) e 55.º, n.º 1, al. o) do EOA);
- » Indicação do representante do CRL para integrar a Comissão Organizadora do VIII Congresso (14, 15 e 16 de Junho de 2018, em Viseu);
- » Pedido de renúncia ao cargo de Vogal da Delegação de Sintra;
- » Informações.

## 19 de setembro

- » Lei do Branqueamento de Capitais: medidas para salvaguarda do segredo profissional;
- » Congresso da Ordem dos Advogados: participação na sua organização;
- » Convenção das Delegações: participação das

Delegações de Lisboa;

- » Combate à procuradoria ilícita: alterações à Lei dos Atos Próprios;
- » Instalações da Delegação de Rio Maior;
- » Informações.

## 27 de setembro 2017

- » Votação da proposta de orçamento do Conselho Regional de Lisboa para o ano 2018;
- » Participação da X Convenção das Delegações;
- » Informações.

## 25 de outubro 2017

- » Abertura do curso de estágio: informações;
- » Sistema de Acesso ao Direito: as escalas presencias e de prevenção;
- » X Convenção das Delegações: conclusões aprovadas;
- » Orçamento de Estado para 2018: alterações ao regime simplificado;
- » Acordão da Relação do Porto de 11.10.2017: tomada de posição;
- » Outros assuntos e informações.

## 8 de novembro

- » Criação do “pelouro da inclusão”;
- » Carta aberta (alteração do regime simplificado);
- » Temas para publicação no BOA;
- » Criação de comissão legislativa;
- » Conclusão dos pontos 2 e 5 da OT do anterior plenário;
- » Informações.

## REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Uma das competências do Presidente do Conselho Regional é representar a Ordem dos Advogados no âmbito da sua competência territorial em diversos eventos e atividades.

Ao longo de 2017, o Conselho Regional de Lisboa esteve representado institucionalmente em tomadas de posse de órgãos da Ordem, nos encontros da Interdelegações, em lançamentos de livros, em reuniões com entidades públicas.

### TOMADAS DE POSSE

<b>10 de janeiro</b>	Conselho Geral e Conselho Superior	António Jaime Martins e Membros do CRL
<b>18 de janeiro</b>	Conselho Regional e Conselho de Deontologia do Porto	João Massano e Paulo Graça
<b>20 de janeiro</b>	Conselho Regional e Conselho de Deontologia de Coimbra	Vasco Marques Correia e Paulo Graça
<b>27 de janeiro</b>	Conselho Regional e Conselho de Deontologia de Évora	António Jaime Martins e João Massano
<b>3 de fevereiro</b>	Conselho Regional e Conselho de Deontologia de Faro	António Jaime Martins
<b>13 de fevereiro</b>	Delegação de Setúbal	António Jaime Martins e João Massano
<b>7 de março</b>	Instituto de Acesso ao Direito	António Jaime Martins e Quitéria da Luz
<b>6 de setembro</b>	Novos Juízes Desembargadores	António Jaime Martins, João Massano, Maria José Lopes e Paulo Graça

Para além dos eventos mencionados, o Presidente do Conselho presidiu ainda às cerimónias de tomada de posse de 21 Delegações, as quais decorreram entre janeiro e julho:

#### TOMADAS DE POSSE | DELEGAÇÕES

<b>Cascais</b>	19 de janeiro
<b>Moita</b>	22 de janeiro
<b>Amadora</b>	23 de janeiro
<b>Vila Franca de Xira</b>	24 de janeiro
<b>Seixal</b>	25 de janeiro
<b>Mafra</b>	30 de janeiro
<b>Barreiro</b>	31 de janeiro
<b>Sintra</b>	2 de fevereiro
<b>Loures</b>	6 de fevereiro
<b>Montijo</b>	7 de fevereiro

#### TOMADAS DE POSSE | DELEGAÇÕES

<b>Sesimbra</b>	9 de fevereiro
<b>Torres Vedras</b>	9 de fevereiro
<b>Oeiras</b>	16 de fevereiro
<b>Lourinhã</b>	21 de fevereiro
<b>Bombarral</b>	24 de fevereiro
<b>Caldas da Rainha</b>	3 de março
<b>Rio Maior</b>	31 de março
<b>Benavente</b>	20 de abril
<b>Almada</b>	5 de maio
<b>Alenquer</b>	18 de julho

A discussão das questões internas da Ordem dos Advogados e de temas de interesse para o exercício da Advocacia levaram o Conselho Regional a estar presente em várias iniciativas.

## ORDEM DOS ADVOGADOS

<b>7 de fevereiro</b> Senhor Bastonário, Presidentes dos Conselhos Regionais e Presidentes das Delegações   Conselho Geral	António Jaime Martins e João Massano
<b>10 de fevereiro</b> Presidente da Comissão Nacional de Estágio e Formação	João Massano e Ana Alface
<b>28 de abril</b> Comissão Nacional de Estágio e Formação   Conselho Geral	João Massano
<b>31 de maio</b> Lançamento do Livro "Os Bastonários da Ordem dos Advogados Portugueses, Vols. I e II"   Salão Nobre da Ordem dos Advogados	António Jaime Martins
<b>30 de junho</b> Cerimónia de Colocação de Fotografia do Dr. Amaro Jorge na Galeria dos Presidentes   Conselho Regional de Coimbra	António Jaime Martins
<b>24 de julho</b> Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores	António Jaime Martins e Jorge Cardoso
<b>8 de setembro</b> Nomeações Manuais   Conselho Geral	Vasco Pais Brandão, Olga Ribeiro, Quitéria da Luz, Ana Dias e Luciana Pimenta
<b>11 de setembro</b> Delegação de Sintra com Senhor Bastonário   Conselho Geral	António Jaime Martins e Sandra Franco Fernandes
<b>12 de setembro</b> Senhor Bastonário e Presidentes dos Conselhos Regionais   Conselho Geral	António Jaime Martins
<b>27 de outubro</b> Evento Cultural   Salão Nobre da Ordem dos Advogados	
<b>20 a 22 de outubro</b> X Convenção das Delegações   Matosinhos	<b>Conselho Regional</b>   António Jaime Martins, João Massano, Rui Tavares, Cristina Pereira e Quitéria da Luz <b>Conselho de Deontologia</b>   Paulo Graça, Ricardo Azevedo Saldanha, Alexandra Bordalo Gonçalves, José Pereira da Costa e José Afonso Carriço
<b>7 de novembro</b> Senhor Bastonário, Conselhos Regionais e Presidente da Comissão Nacional de Estágio e Formação   Conselho Geral	António Jaime Martins
<b>21 de dezembro</b> Reunião da Comissão Nacional de Estágio e Formação   Conselho Regional de Lisboa	António Jaime Martins e João Massano

O Conselho Regional de Lisboa, por norma na pessoa do seu Presidente, fez-se representar em eventos de carácter nacional e internacional:

## OUTRAS REUNIÕES E EVENTOS

<b>10 de janeiro</b> Reunião da Interdelegações em Mafra	António Jaime Martins e Membros do CRL
<b>26 de janeiro</b> Lançamento do Livro "Conteúdos e Limites do Princípio Inquisitório na Jurisdição Voluntária"   Centro de Estudos Judiciários	António Jaime Martins
<b>25 de março</b> Reunião da Interdelegações na Amadora	António Jaime Martins e Membros do CRL
<b>27 de maio</b> Reunião da Interdelegações no Montijo	António Jaime Martins e Membros do CRL
<b>17 de maio</b> Associação Nacional dos Jovens Advogados Portugueses	António Jaime Martins
<b>27 de março</b> Ministério dos Negócios Estrangeiros	António Jaime Martins e Ana Dias
<b>9 de maio</b> Visita da Delegação Chinesa da Ordem dos Advogados	António Jaime Martins, João Massano e Ana Dias
<b>17 de maio</b> Associação Nacional dos Jovens Advogados Portugueses	António Jaime Martin
<b>27 de maio</b> Reunião da Interdelegações no Montijo	António Jaime Martins e Membros do CRL
<b>13 de outubro</b>   Jornadas de Deontologia – Reflexões para uma Alteração Estatutária   Fundação Dr. António Cupertino de Miranda	António Jaime Martins
<b>20 de outubro</b> Colóquio A Presunção de Verdade e Titularidade no Sistema Registral Português   Conselho Regional de Lisboa	António Jaime Martins
<b>25 de Novembro</b> Reunião da Interdelegações em Cascais	António Jaime Martins e Membros do CRL
<b>27 a 30 de novembro</b> XXIII Conferência Nacional da Advocacia Brasileira   São Paulo, Brasil	António Jaime Martins e João Massano

## ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Lei n.º 145/2015 de 9 de setembro

SECÇÃO X  
Conselhos regionais

Artigo 54.º  
Competência

1 - Compete ao conselho regional, no âmbito da sua competência territorial: (...)

f) Pronunciar-se sobre as questões de carácter profissional;

## GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA

O Gabinete de Assessoria Jurídica do Conselho Regional desempenha um importante papel no acompanhamento e análise de questões da competência do Presidente e do Conselho Regional.

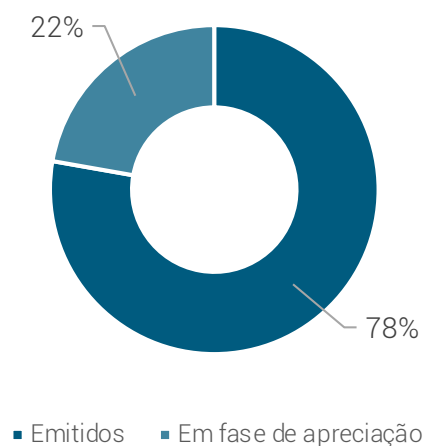
O Gabinete de Assessoria Jurídica emite pareceres, analisa pedidos de autorização de levantamento de sigilo profissional e de discussão pública de questões profissionais.

### PEDIDOS DE PARECER

No que se refere às questões de carácter profissional, o Gabinete de Assessoria Jurídica recebeu 63 pedidos de consulta, dos quais 49 foram objeto de parecer. Catorze pedidos de consulta encontram-se em fase de apreciação.

Os temas mais relevantes sobre os quais incidem os pareceres são os atos próprios do Advogado, conflito de interesses, incidentes Processuais de quebra do segredo profissional, incompatibilidades e impedimentos para o exercício da advocacia e segredo profissional.

### PARECERES



## IMPOSIÇÃO DE SELOS, ARROLAMENTOS E BUSCAS EM ESCRITÓRIOS OU SOCIEDADES DE ADVOGADOS

O Conselho Regional de Lisboa, no âmbito do artigo 75º, acompanhar as diligências de penhoras, buscas e despejos em escritórios ou sociedades de Advogados.

Em 2017, no âmbito do artigo 75º do Estatuto, o Conselho recebeu 24 pedidos de indicação de representantes para acompanhamento em 18 atos de busca e seis atos de penhora (embora três tenham ficado sem efeito).

## PEDIDOS DE DISPENSA DE SIGILO PROFISSIONAL

Em 2017, o Gabinete autuou 350 pedidos de Dispensa de Sigilo Profissional, dos quais 276 foram objeto de decisão final. Dos processos findos, 156 foram total ou parcialmente deferidos e 60 indeferidos e seis foram alvo de pedido de recurso. Por outro lado, careceram de apreciação 47 pedidos e treze foram arquivados por desistência do pedido.

PROCESSOS FINDOS	
Arquivados/Desistência	13
Deferidos	153
Deferidos parcialmente	3
Não carecem de apreciação	47
Indeferidos	60
<b>Total</b>	<b>276</b>

Dos restantes 74 pedidos, 51 aguardam informações adicionais e 23 encontram-se pendentes de despacho.

No âmbito do artigo 3º, nº 3 do Regulamento de Dispensa de Segredo Profissional (Regulamento n.º 94/2006), "o Presidente do Conselho Distrital poderá solicitar ao requerente, sempre que entenda necessário, a prestação de esclarecimentos complementares, bem como a junção de documento ou documentos pertinentes para a apreciação do pedido, para tanto fixará um prazo de apresentação findo o qual os autos serão decididos com os elementos neles constantes Dos pedidos de Dispensa de Sigilo Profissional finalizados durante o ano de 2017." Ao abrigo do artigo indicado, o Gabinete de Assessoria Jurídica executou 371 notificações intercalares.

Por último, ao longo de 2017, o Gabinete pronunciou-se e emitiu decisão final sobre 148 pedidos transitados de anos anteriores.

## ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Lei n.º 145/2015 de 9 de setembro

### Artigo 75.º

Imposição de selos, arrolamentos e buscas em escritórios ou sociedades de advogados

(...)

2 - Com a necessária antecedência, o juiz deve convocar para assistir à imposição de selos, ao arrolamento, às buscas e diligências equivalentes, o advogado a ela sujeito, bem como o presidente do conselho regional, o presidente da delegação ou delegado da Ordem dos Advogados, conforme os casos, os quais podem delegar em outro membro do conselho regional ou da delegação.

3 - Na falta de comparência do advogado representante da Ordem dos Advogados ou havendo urgência incompatível com os trâmites do número anterior, o juiz deve nomear qualquer advogado que possa comparecer imediatamente, de preferência de entre os que hajam feito parte dos órgãos da Ordem dos Advogados ou, quando não seja possível, o que for indicado pelo advogado a quem o escritório ou arquivo pertencer.

## ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Lei n.º 145/2015 de 9 de setembro

### TÍTULO III

Deontologia profissional

### CAPÍTULO I

Princípios gerais

### Artigo 93.º

Discussão pública de questões profissionais

1 - O advogado não deve pronunciar-se publicamente, na imprensa ou noutros meios de comunicação social, sobre questões profissionais pendentes.

2 - O advogado pode pronunciar-se, excecionalmente, desde que previamente autorizado pelo presidente do conselho regional competente, sempre que o exercício desse direito de resposta se justifique, de forma a prevenir ou remediar a ofensa à dignidade, direitos e interesses legítimos do cliente ou do próprio.



## ATIVIDADE DO CONSELHO REGIONAL DE LISBOA

O Conselho Regional de Lisboa envolve-se na organização de vários eventos, desde formações sobre temas especializados, a congressos internacionais, exposições de arte, apresentações de livros de interesse nacional.

Em 2017, a atividade do Conselho Regional foi bastante ativa e promoveu vários eventos dirigidos aos Advogados e Advogados Estagiários.

### JANEIRO

#### TOMADA DE POSSE

A tomada de posse do Presidente e Membros do Conselho Regional de Lisboa e do Presidente e Membros do Conselho de Deontologia de Lisboa, eleitos para o triénio 2017/2019, decorreu no dia 17 de Janeiro, na sede da Ordem dos Advogados, em cerimónia presidida pelo Bastonário Senhor Dr. Guilherme Figueiredo.

Muitos foram os convidados que marcaram presença no Salão Nobre da Ordem dos Advogados para assistirem à tomada de posse, no âmbito da qual usaram da palavra o Presidente cessante do Conselho de Deontologia de Lisboa, Senhor Dr. Rui Santos, o Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa, Senhor Dr. Paulo Graça, o Presidente do Conselho Regional de Lisboa, Senhor Dr. António Jaime Martins, o Presidente do Conselho Superior, Senhor Professor Doutor Luís Menezes Leitão, e o Bastonário Senhor Dr. Guilherme Figueiredo, que encerrou a cerimónia.



### FEVEREIRO

#### DIRECTIVA 2010/64/UE | DIREITO À TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM PROCESSO PENAL

A Conferência "Directiva 2010/64/UE - direito à tradução e interpretação em processo penal" realizou-se no dia 27 de fevereiro, às 17h30, uma iniciativa conjunta do Conselho Regional de Lisboa, do Forum Penal - Associação de Advogados Penalistas e da Fair Trials (organização internacional de direitos humanos que defende o direito fundamental a um julgamento justo).

A conferência debateu e analisou em que medida a lei portuguesa cumpre a Directiva 2010/64/UE (não transposta para a ordem jurídica nacional), seja expressamente, seja através da interpretação conforme. E se, não cumprindo, é possível invocar aplicabilidade directa e a obrigação de afastar a aplicabilidade de eventuais disposições nacionais contrárias.



## MARÇO

### O EXERCÍCIO DOS PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ NO PROCESSO CIVIL

“O exercício dos poderes instrutórios do juiz no processo civil” foi o tema de mais uma tertúlia organizada pelo Conselho Regional de Lisboa no dia 1 de março e que serviu de ponto de partida de reflexão após a apresentação do livro “Conteúdo e limites do Princípio Inquisitório na Jurisdição Voluntária” do Juiz de Direito Dr. António José Fialho.

A abertura ficou a cargo do Dr. António Jaime Martins e a obra foi apresentada pelo autor e pelo Juiz de Direito, Dr. Nuno Lemos Jorge.



### CONTRIBUTOS DA CIÊNCIA E DA PRÁTICA JURÍDICA PARA A COPARENTALIDADE

No dia 20 de março, o Conselho Regional de Lisboa e a Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos promoveram uma reflexão sobre os Contributos da Ciência e da Prática Jurídica para a Coparentalidade, com os oradores convidados, a Psicóloga Clínica e Investigadora no Karolinska Institutet, Prof. Dra. Malin Bergström, o Juiz de Direito no Juízo de Família e Menores de Mafra, Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste, Dr. Joaquim Manuel Silva e o Vice-Presidente do Conselho Regional de Lisboa, Dr. Luís Silva.

## ABRIL

### A REFORMA DO PROCESSO DE TRABALHO

No dia 27 de abril, o Conselho Regional de Lisboa convidou o Advogado Dr. João Correia e a Juíza Desembargadora Dra. Albertina Pereira para um debate sobre a Reforma do Processo de Trabalho, moderado pelo Dr. Manuel Ramirez Fernandes. As alterações ao processo comum face ao novo Código de Processo Civil e as alterações aos processos especiais face ao novo Código de Processo Civil foram os temas analisados.



## MAIO

### DA MINHA JANELA | EXPOSIÇÃO DE PINTURA



A Aquarelista Bela Branquinho inaugurou a sua exposição, "da minha janela", no dia 10 de maio, na Galeria de Arte do Conselho Regional de Lisboa.

A exposição esteve patente até ao dia 5 de junho.

### REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PREOCUPAÇÕES, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA AS EMPRESAS. O QUE FAZER NOS 12 MESES QUE FALTAM?

O Conselho Regional de Lisboa juntou-se ao IAPMEI e à APDSI na organização e promoção de uma jornada sobre o Regulamento Geral de Proteção de Dados, que se realizou na Escola Superior de Comunicação Social no dia 25 de maio.

Com a aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados, em maio de 2018, o novo quadro legal europeu coloca o ônus de responsabilidade nas organizações, públicas e privadas, acrescentando obrigações que têm um impacto considerável nas suas operações.

O evento pretendeu contribuir para a necessária dinâmica pública, de sensibilização de empresas e indivíduos, para uma melhor adequação dos processos de recolha, manutenção e gestão das bases de dados, garantindo a coexistência saudável dos processos com a privacidade de dados dos cidadãos.



## JUNHO

### AUDIÇÃO DA CRIANÇA - GUIA DE BOAS PRÁTICAS

No Dia da Criança, 1 de junho, o Conselho Regional de Lisboa apresentou o livro "Audição da Criança - Guia de Boas Práticas", das autoras Prof. Dra. Rute Agulhas, Psicóloga e Perita na área da Psicologia Forense e Prof. Dra. Joana Alexandre, Psicóloga e Professora Auxiliar no ISCTE-IUL, ilustrado por Pedro Cifuentes.

O Guia de Boas Práticas é dirigido aos profissionais de áreas diversas como Direito, Psicologia, Serviço Social que, no âmbito da sua atividade profissional, lidam e trabalham com um processo de audição da criança. A edição e a distribuição deste livro é da responsabilidade exclusiva de Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados.



## JULHO

### COEXISTÊNCIAS | EXPOSIÇÃO DE PINTURA

A artista Filomena Carvalho apresentou a sua exposição de pintura "Coexistências", uma mostra de trabalhos realizados nos últimos dois anos, conduzido pelo tema "Paisagem Cultural – a coexistência de factores".

Inaugurada a 22 de junho na Galeria de Arte do Conselho Regional de Lisboa, a exposição esteve patente até ao dia 28 de julho.

*"Esta exposição é ainda a representação de memórias e de vivências continuadas, que foram percebidas e interpretadas ao longo do tempo e que são agora aqui representadas."* FCarvalho



## AGOSTO

### FESTA DE VERÃO ADVOGADOS



No dia 14 de agosto, realizou-se a já tradicional Festa de Verão dos Advogados em Vilamoura, no Água Moments. Esta festa é uma organização conjunta dos Conselhos Regionais de Açores, Coimbra Évora, Faro, Lisboa, Madeira e Porto.

## SETEMBRO

### III MINI MARATONA DO CAMPUS DA JUSTIÇA

No dia 30 de setembro, realizou-se no Parque das Nações, a terceira edição da Mini Maratona do Campus da Justiça, uma iniciativa organizada pelo Conselho Regional de Lisboa, Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Associação Portuguesa dos Administradores Judiciais e Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução.

Os atletas da Mini-Maratona do Campus da Justiça puderam optar pela corrida de 10 km ou a caminhada de 5 km, num percurso com a partida e chegada no Rossio dos Olivais, passando pelo Cais Português até ao Cais do Adamastor, seguindo em direção a norte passando pela Torre Vasco da Gama, seguindo pelo Passeio dos Heróis do Mar, passando pela zona dos bares/restaurantes até Rossio dos Olivais.



## OUTUBRO

### O ASSÉDIO NO LOCAL DE TRABALHO E AS RECENTES ALTERAÇÕES AOS CÓDIGOS DO TRABALHO E DE PROCESSO DO TRABALHO



A Dra. Rita Garcia Pereira analisou a questão do Assédio no Local de Trabalho e as recentes alterações aos Códigos do Trabalho e de Processo do Trabalho, numa conferência que se realizou no dia 19 de outubro no Conselho Regional de Lisboa.

O Dr. Manuel Ramirez Fernandes, Advogado Especialista em Direito do Trabalho e formador do Conselho moderou o debate.

### A PRESUNÇÃO DE VERDADE E TITULARIDADE NO SISTEMA REGISTAL PORTUGUÊS

No dia 20 de Outubro, o Conselho Regional de Lisboa e a Associação Sindical dos Conservadores dos Registos organizaram o Colóquio "A Presunção de verdade e titularidade no Sistema Registral Português" e o Workshop o "O Combate ao Branqueamento de Capitais na perspetiva dos Conservadores".



## DEZEMBRO

### LEGIS ET IUSTITIAE | EXPOSIÇÃO DE PINTURA

No dia 14 de dezembro, o Conselho Regional de Lisboa recebeu a mais recente exposição de pintura de Ivo Alexandre com o tema "Legis et Iustitiae". Esta foi uma exposição temática de pintura a óleo, alusiva à Justiça.

O pintor interessa-se por questões profundas que materializa nas suas telas de forma intensa e poderosa. Prima pela diferença na sua técnica, bem como na aposta de temas menos fáceis que entende serem importantes e altamente filosóficos.



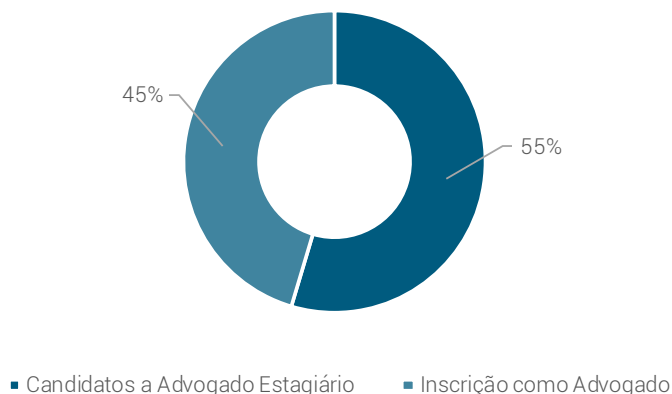
# INSCRIÇÕES

Os requerimentos de inscrição no Estágio (enquanto Advogado Estagiário) e na Ordem dos Advogados (enquanto Advogado) são recebidos, verificados e analisados pela Secção de Inscrição, que trata do processo e propõe as decisões sobre os mesmos. As Inscrições contemplam também as inscrições com dispensa de estágio, tais como Doutores em Ciências Jurídicas e de antigos magistrados e de Advogados Estrangeiros.

Durante o ano de 2017, a Secção de Inscrições recebeu 1494 pedidos de inscrição de Advogados Estagiários e de Advogados, emitiu 808 informações de "Final de Estágio", analisou cerca de 500 pedidos de prorrogação de tempo de estágio, respondeu a mais de 1500 ofícios, bem como, a mais de 550 pedidos de informação/exposição de assuntos.

Foram recebidos 633 pedidos de inscrição como Advogado Estagiário e 526 pedidos de inscrição como Advogado.

## NO ÂMBITO DO ESTÁGIO



Em termos de tramitação processual, os atos de inscrição contemplam pedidos que entraram em 2016.

### CANDIDATOS A ADVOGADO ESTAGIÁRIO

Deferidos	427
Aguardam Despacho	228
Notificados	107
Cancelados	11
Indeferidos	1
<b>Total</b>	<b>773</b>

### ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Lei n.º 145/2015 de 9 de setembro

SECÇÃO X  
Conselhos regionais

Artigo 54.º  
Constituição

1 - Compete ao conselho regional, no âmbito da sua competência territorial: (...)

h) Promover a formação inicial e contínua dos advogados e advogados estagiários, designadamente organizando ou patrocinando conferências e sessões de estudo;

### ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Lei n.º 145/2015 de 9 de setembro

SECÇÃO X  
Conselhos regionais

Artigo 54.º  
Constituição

1 - Compete ao conselho regional, no âmbito da sua competência territorial: (...)

l) Receber e tramitar preparatoriamente as inscrições dos advogados e dos advogados estagiários;

## PRIMEIRA FASE DO ESTÁGIO

Requereram a inscrição para frequentar a primeira fase do estágio 630 Advogados Estagiários.

Inscrições	561
Inscrições com origem em cursos anteriores	72

## INSCRIÇÕES NA SEGUNDA FASE DO ESTÁGIO

Em 2017, encontravam-se-se na Segunda Fase do Estágio 651 Advogados Estagiários, ao abrigo de dois regulamentos distintos:

### Deliberação n.º 3333-A/2009

Repetição da Fase de Formação Complementar	57
1º Curso de Estágio de 2013	10
2º Curso de Estágio de 2013	4
1º Curso de Estágio de 2014	18
<b>Sub-Total</b>	<b>89</b>

### Regulamento n.º 913-A/2015

Curso de Estágio de 2015	53
Curso de Estágio de 2016	509
<b>Sub-Total</b>	<b>562</b>

## FASE DE AVALIAÇÃO E AGREGAÇÃO

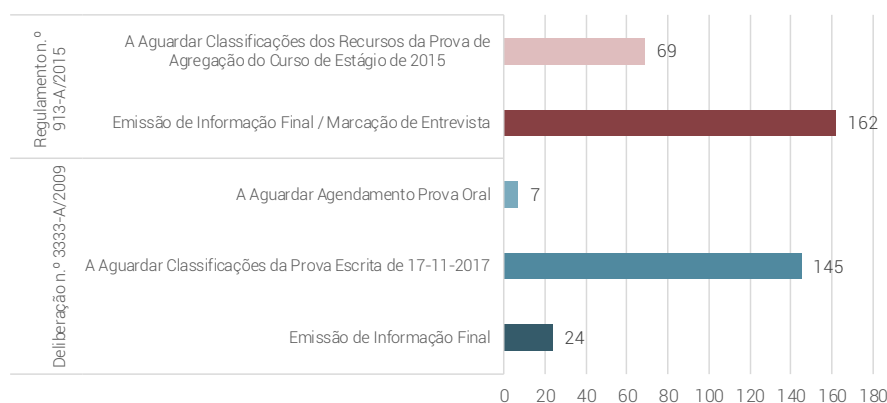
A Fase de Avaliação e Agregação de Estágio respeita aos momentos de avaliação escrita e oral. No final de 2017, encontravam-se-se nesta fase do estágio 407 Advogados Estagiários.

### Deliberação n.º 3333-A/2009

Emissão de Informação Final	24
A Aguardar Classificações da Prova Escrita de 17 de novembro de 2017	145
A Aguardar Agendamento Prova Oral	7
<b>Sub-Total</b>	<b>176</b>

### Regulamento n.º 913-A/2015

Emissão de Informação Final / Marcação de Entrevista	162
A Aguardar Classificações dos Recursos da Prova de Agregação do Curso de Estágio de 2015	69
<b>Sub-Total</b>	<b>231</b>

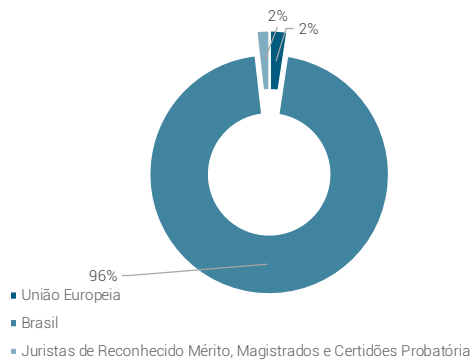


## INSCRIÇÃO DE ADVOGADO

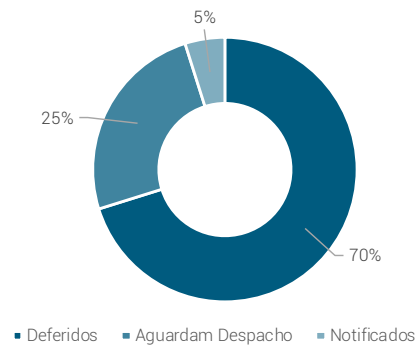
Foram recebidos 529 pedidos de inscrição como Advogado ao longo de 2017. Contudo, foi emitida decisão relativamente a 687 processos, dado que alguns pedidos transitaram de 2016.

Os Advogados Brasileiros representam a grande maioria de pedidos de inscrição de Advogado fora do âmbito do Estágio. Foram recebidos 369 pedidos de Advogado Brasileiro, dos quais 259 foram deferidos, 92 aguardam despacho e 18 encontram-se em fase de procedimento.

INSCRIÇÃO COMO ADVOGADO (fora do âmbito do Estágio)



INSCRIÇÃO DE ADVOGADO BRASILEIRO



## FLUXO DE EXPEDIENTE

As Inscrições apresentam um elevado fluxo de expediente relacionado com as vicissitudes das inscrições e do estágio.

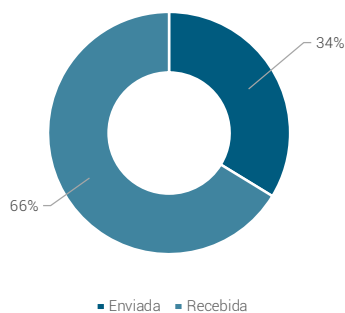
### ATENDIMENTO (MÉDIA)

Emails	12/dia
Presencial	25/dia
Telefónico	25/dia

### EXPEDIENTE

Juntadas de Documentos	1.586
Resposta ao nosso Ofício	1.510
Emissão da Informação Final de Estágio	808
Devolução da Documentação Final de Estágio	693
Exposição de Assuntos	554
Prorrogação do Tempo de Estágio	503
Mudança de Comarca e de Patrono	340
Alteração do Domicílio Profissional	98
Levantamento da Suspensão	97
Suspensão da Inscrição	91
Suspensões Automáticas	56
Alteração de Residência e Contactos	51
Alteração do Tema de Exposição Oral	44
Cancelamento da Inscrição	41
Transferência de Centro de Estágio	33
Repetição da Fase Complementar do Estágio	28
Alteração do Nome Profissional	9

CORRESPONDÊNCIA





# CENTRO DE ESTÁGIO

O artigo 6º do Regulamento Nacional de Estágio, atualizado pela Deliberação n.º1096-A/2017, define que os Centros de Estágio executam e desenvolvem o estágio em concreto, de acordo com os princípios e regras definidos pelo Conselho Geral.

Nesse sentido, o Centro de Estágio do Conselho Regional de Lisboa organiza o curso de estágio promovendo a realização de ações de formação dos Advogados Estagiários em ordem ao cumprimento dos objetivos do estágio por via da formação presencial.

## PRIMEIRA FASE

O Centro de Estágio do Conselho Regional de Lisboa geriu em 2017, dois cursos de Estágio, a saber: Curso de Estágio de 2016 e o Curso de Estágio de 2017.

### Curso de Estágio de 2016

A primeira fase do Curso de Estágio de 2016 decorreu entre 28 de novembro de 2016 a 28 de maio de 2017. Este Curso teve um total de 536 Advogados Estagiários inscritos, dos quais 35 foram reingressos, ou seja, repetições da primeira fase de formação, divididos em 13 grupos em horário de manhã, tarde e pós-laboral. Este Curso de Estágio é organizado de acordo com o Regulamento nº 913-A/2015.

A primeira fase do Estágio compreende a lecionação de matérias obrigatórias em três áreas - Deontologia Profissional, Prática Processual Civil e Prática Processual Penal - e oferece formação em 13 matérias complementares.

#### ÁREAS OBRIGATÓRIAS

Áreas	Sessões	Horas	Horas/Áreas
Deontologia Profissional	27	40	520
Prática Processual Civil	40	60	780
Prática Processual Penal	34	50	650
<b>Total</b>		<b>150</b>	<b>1.950</b>

## REGULAMENTO NACIONAL DE ESTÁGIO

Deliberação n.º1096-A/2017

### Artigo 1.º

Fins do estágio

1 – O estágio destina-se a certificar publicamente que o Advogado estagiário obteve formação técnico-profissional e deontológica rigorosa e que cumpriu todos os requisitos impostos pelo Estatuto da Ordem dos Advogados e respetivos regulamentos, sob orientação da Ordem dos Advogados, habilitando-o ao exercício competente e responsável da Advocacia. (...)

3- De modo a que o Advogado Estagiário possa, durante todo o estágio, experienciar a diversidade dos ramos do saber jurídico, os Centros de Estágio, em articulação com a CNEF, devem proporcionar formação contínua nas seguintes áreas, entre outras: direitos humanos e tramitação processual no TEDH, igualdade de género, violência doméstica, direito das crianças dos jovens, estatuto jurídico dos animais, acesso ao direito e aos tribunais, direito do consumo, direito do ambiente, direito europeu, direito processual constitucional, práticas processuais laborais, administrativas e tributárias.

### Artigo 2.º-A

O Curso de estágio e suas fases

(...)

2 - O curso de estágio compreende duas fases, durando, a primeira, seis meses e, a segunda, o máximo de doze meses.

(...)

5 – A primeira fase do estágio destina-se a garantir a iniciação aos aspetos técnicos da profissão e a habilitar o Advogado estagiário com os conhecimentos técnico-profissionais e deontológicos essenciais ao exercício da Advocacia, assegurando que o Advogado estagiário, ao transitar para a segunda fase, está apto à realização dos atos próprios da Advocacia no âmbito da sua competência.

## REGULAMENTO NACIONAL DE ESTÁGIO

Deliberação n.º1096-A/2017

### Secção III

Primeira Fase do Estágio

#### Artigo 19.º

Conteúdo e objetivos da primeira fase do curso de estágio

1 – A primeira fase do Curso de Estágio é constituída pelo trabalho e permanência do Advogado estagiário no escritório do Patrono e pela frequência das sessões de formação disponibilizadas pelos Centros de Estágio ou determinadas pela CNEF.

2 – Os Centros de Estágio disponibilizam sessões de formação obrigatórias, designadamente nas áreas de deontologia profissional, prática processual civil e prática processual penal, de acordo com programas a definir pela CNEF e a aprovar pelo Conselho Geral.

3 - Os Advogados estagiários devem participar num mínimo de setenta e cinco por cento das sessões de formação obrigatória de cada uma das áreas de formação. Em caso de situação de maternidade, doença grave ou outro motivo justificado de natureza 29 semelhante, poderá, sob requerimento, e por decisão do Centro de Estágio, ser considerada justificada a ausência a sessões de formação até 50%.

4 – Durante a primeira fase do estágio são ainda disponibilizadas pelos Centros de Estágio, em articulação com a CNEF e, preferencialmente, com a colaboração de outras entidades, sessões de formação noutras áreas que sejam relevantes para a formação do Advogado estagiário, considerando, designadamente, as que compõem o elenco constante do número 3 do artigo 1.º

## ÁREAS COMPLEMENTARES

Áreas	Sessões	Horas/Áreas
Igualdade de Género		3
Branqueamento de Capitais na perspetiva do Advogado		3
Acesso ao Direito e aos Tribunais		6
Violência Doméstica		6
Direitos Humanos		6
Informática Jurídica		10
Direito dos Menores		16
Direito Europeu		16
Práticas Processuais Administrativas		16
Tramitação Processual no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem		16
Direito Constitucional e tramitação processual no Tribunal Constitucional		16
Práticas Processuais Laborais		20
Práticas Processuais Tributárias		20
<b>Total</b>		<b>154</b>

## Curso de Estágio de 2017

O Curso de Estágio de 2017 teve início a 13 de dezembro de 2017, regendo-se pelo Regulamento Nacional de Estágio alterado pela Deliberação n.º1096-A/2017. Recebeu 633 inscrições, das quais 72 foram reingressos.

À semelhança do Curso de Estágio de 2016, a primeira fase do Estágio compreende sessões de formação em área obrigatórias – Deontologia Profissional, Prática Processual Civil e Prática Processual Penal – e as matérias complementares, num total de 2.104 horas de formação.

A 28 de maio, os Advogados Estagiários do Curso de Estágio de 2016 passaram à segunda fase do Estágio, uma vez cumpridos os procedimentos exigidos regularmente.

## FASE DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

### PROVA ESCRITA

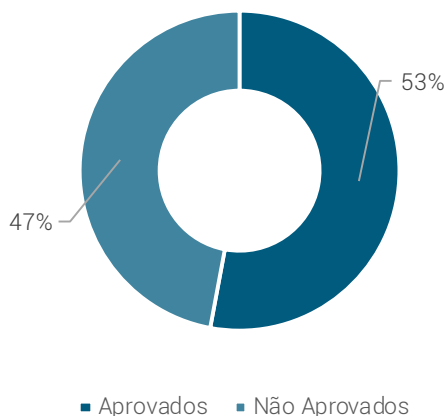
O Centro de Estágio realizou duas provas escritas de Exame Nacional de Avaliação e Agregação à luz da Deliberação nº 3333-A/2009: a 21 de abril no ISEL e a 17 de novembro no Conselho Regional de Lisboa. Em 2017, foram realizadas 382 provas escritas ao abrigo desta Deliberação:

DATA	APROVADOS	NÃO APROVADOS	TOTAL
21 de abril	198	54	252
17 de novembro	72	58	130
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>112</b>	<b>382</b>

Os Advogados Estagiários elaboraram as provas nas três áreas obrigatórias - Deontologia Profissional, Prática Processual Civil e Prática Processual Penal – e responderam optativamente a duas questões nas seguintes matérias: Práticas Processuais Administrativas, Processo de Insolvência, Práticas Processuais Laborais, Direito das Sociedades, Práticas Processuais Tributárias, Direito Constitucional e tramitação processual no Tribunal Constitucional, Tramitação Processual no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e Direito Comunitário.

Relativamente à prova de 21 de abril, foram apresentados 34 pedidos de revisão nas diversas áreas, que resultou na revisão de 113 provas/ áreas.

### PEDIDOS DE REVISÃO



## REGULAMENTO NACIONAL DE ESTÁGIO

Deliberação n.º 3333-A/2009

### SECÇÃO IV

Formação complementar

### Artigo 25.º

Prática profissional tutelada

(...)

Durante a fase de formação complementar, o exercício da actividade profissional do advogado estagiário continuará a decorrer sob a direcção geral e permanente do patrono e sempre sob a alçada, orientação e intervenção da CNEF e dos centros de estágio, que deverão incrementar acções de formação especialmente vocacionadas para a prática forense, designadamente, simulações de diligências processuais e audiências de julgamento.

## REGULAMENTO NACIONAL DE ESTÁGIO

Deliberação n.º 3333-A/2009

### Artigo 40.º

Composição e designação do júri

1 — A prova oral será prestada nos centros de estágio perante um júri composto por três membros, competindo aos respectivos Conselhos Distritais nomear, com prévia audição da CNEF, os respectivos júris.

2 — Dois dos membros do júri serão necessariamente advogados de reconhecido mérito e competência, podendo o terceiro ser magistrado ou jurista de reconhecida capacidade técnica.

3 — Os membros do júri deverão ter mais de 10 anos de exercício efectivo da profissão e não ter sido punidos com sanção disciplinar superior a multa.

4 — Os membros do júri elegem o respectivo presidente.

## REGULAMENTO NACIONAL DE ESTÁGIO

Regulamento n.º 913-A/2015

### CAPÍTULO IV

Prova de agregação

### Artigo 28.º

Objetivo, conteúdo e avaliação

1 — A prova de agregação destina -se à verificação da capacidade técnica e científica do Advogado estagiário, bem como da sua preparação deontológica para o exercício da atividade profissional de Advocacia, tudo com vista à atribuição do título de Advogado.

2 — A prova de agregação é integrada por:

- Elementos mencionados nos artigos 20.º e 22.º a 25.º deste regulamento;
- Entrevista;
- Prova escrita

3 — Na prova de agregação são avaliados os conhecimentos adquiridos nas duas fases do estágio, ponderando -se as suas várias componentes.

## PROVA ORAL

No âmbito da Deliberação n.º 3333-A/2009, o Centro de Estágio realizou quatro épocas da Prova Oral do Exame de Avaliação e Agregação, num total de 491 provas orais.

DATA	APROVADOS DISTINÇÃO	APROVADOS	NÃO APROVADOS	TOTAL
23 fevereiro a 24 março	3	217	18	238
9 e 10 maio	--	13	4	17
7 setembro a 11 outubro	2	178	20	200
27 a 29 novembro	--	28	9	36
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>436</b>	<b>51</b>	<b>491</b>

Ainda na época de 23 de fevereiro a 24 de março, foi realizada uma prova oral ao abrigo do Regulamento n.º 52-A/2005, que resultou a aprovação do Advogado Estagiário.

A realização das provas orais implica a organização de júris, compostos por Magistrados e Advogados com mais de 10 anos de exercício efetivo da profissão que não tenham sido punidos com sanção disciplinar superior a multa. O quadro seguinte mostra o número de júris constituídos e o número de provas agendadas nas diversas épocas.

ÉPOCA	JÚRIS	ADVOGADOS	MAGISTRADOS	PROVAS AGENDADAS	FALTAS
23 fevereiro a 24 março	81	124	2	242	2*
9 e 10 maio	7	21	0	20	3
7 setembro a 11 outubro	68	110	1	200	3
27 a 29 novembro	14	26	0	38	1
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>436</b>	<b>51</b>	<b>491</b>	

## SEGUNDA FASE

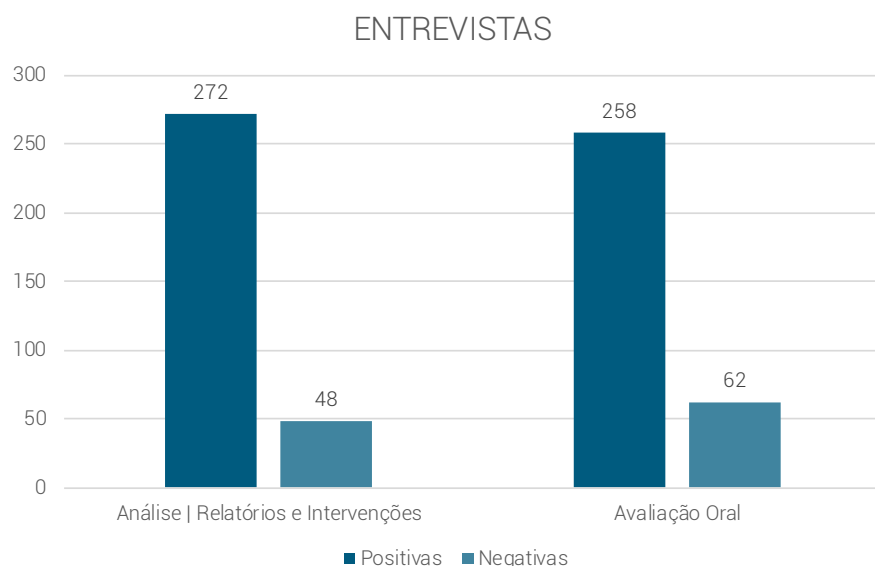
### Regulamento n.º 913-A/2015

O Regulamento n.º 913-A/2015 alterou o regime do Estágio por forma estar de acordo com a Lei n.º 2/2013, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

Em 2017, o Centro de Estágio realizou a Prova de Agregação relativa ao Curso de Estágio de 2015, que integra o conjunto das intervenções tuteladas, os relatórios, analisados na entrevista, que também tem uma componente oral e a prova escrita.

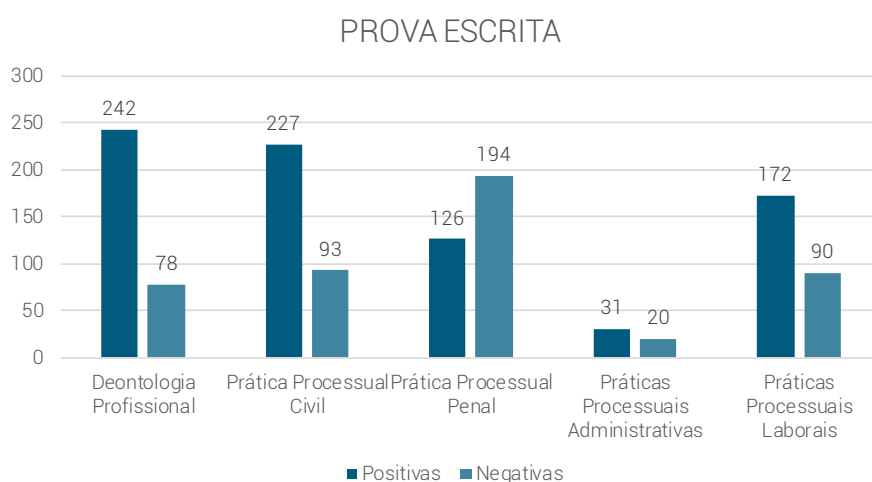
Noventa e um júris realizaram 320 entrevistas de 3 a 18 de julho. Trinta e seis formadores do Centro de Estágio integraram os júris.

ÁREA	POSITIVAS	NEGATIVAS	TOTAL
Análise   Relatórios e Intervenções	272	48	320
Avaliação Oral	258	62	320



A Prova Escrita decorreu no dia 21 de julho no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. Trezentos e vinte Advogados Estagiários responderam a questões sobre Deontologia Profissional, Prática Processual Civil, Prática Processual Penal, Práticas Processuais Administrativas e Práticas Processuais Laborais. Quarenta três corretores avaliaram as provas escritas.

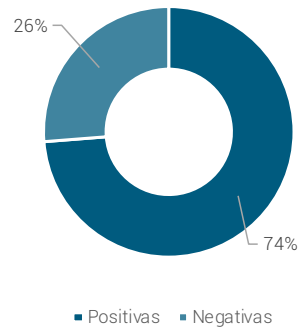
ÁREA	POSITIVAS	NEGATIVAS	TOTAL
Deontologia Profissional	242	78	320
Prática Processual Civil	227	93	320
Prática Processual Penal	126	194	320
Práticas Processuais Administrativas	31	20	51
Práticas Processuais Laborais	172	90	262



O resultado final, que soma os trabalhos apresentados, a entrevista e a prova escrita, foi publicado no dia 18 de outubro, com uma larga maioria de aprovação: 74%.

POSITIVAS	NEGATIVAS
236	84

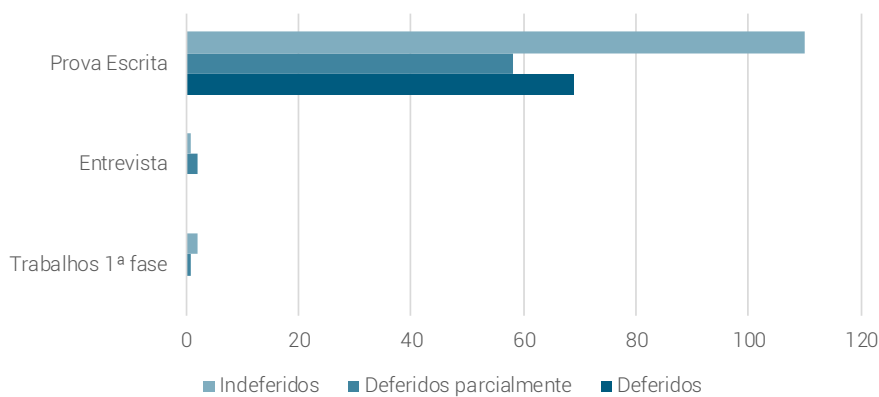
RESULTADOS FINAIS



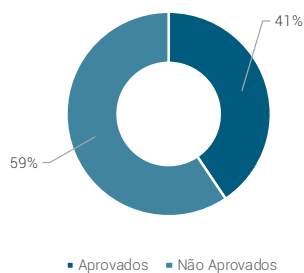
Os pedidos de revisão foram rececionados até dia 2 de novembro.

	DEFERIDOS	DEFERIDOS PARCIALMENTE	INDEFERIDOS
Trabalhos 1ª fase	0	1	2
Entrevista	0	2	1
Prova Escrita	69	58	110

PEDIDOS DE REVISÃO



PEDIDOS DE REVISÃO DEFERIDOS



Dos pedidos de revisão deferidos, 28 foram aprovados e 41 não aprovados.

# CENTRO DE ESTUDOS

O Conselho Regional de Lisboa promove fortemente a formação contínua dos seus associados, realizando conferências, jornadas e colóquios sobre diversas matérias.

O Centro de Estudos organiza e acompanha as ações de formação contínua e complementar (inserida no estágio).

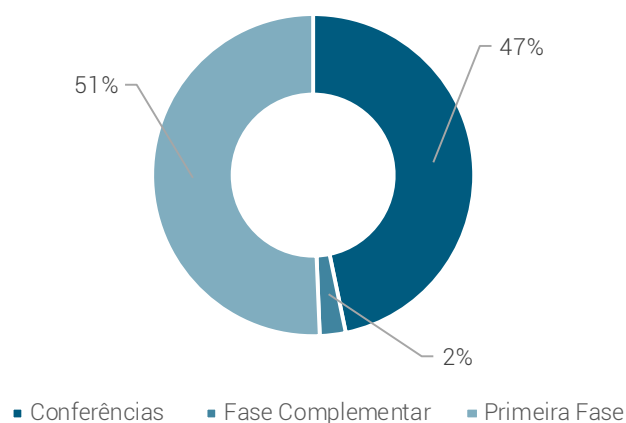
O ano de 2017 foi particularmente profícuo em formação contínua promovida pelo Conselho Regional de Lisboa para os seus associados e também dirigida aos Advogados Estagiários no âmbito da formação complementar durante a primeira e segunda fase do Estágio. As Delegações, em conjunto com o Conselho, apostaram também numa formação descentralizada, realizadas nas comarcas. Foram realizadas 71 ações de formação gratuitas.

## PELO CONSELHO REGIONAL DE LISBOA

O Centro de Estudos do Conselho Regional de Lisboa organizou 78 ações de formação, 41 no âmbito da formação complementar do Estágio e as restantes dirigidas aos Advogados, Advogados Estagiários e outros Profissionais.

<b>FORMAÇÃO CONTÍNUA</b>	CONFERÊNCIAS	36
<b>FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO ESTÁGIO</b>	PRIMEIRA FASE	39
	SEGUNDA FASE	2
<b>TOTAL</b>		<b>77</b>

### AÇÕES DE FORMAÇÃO



## ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Lei n.º 145/2015 de 9 de setembro

SECÇÃO X  
Conselhos regionais

**Artigo 54.º**  
Constituição

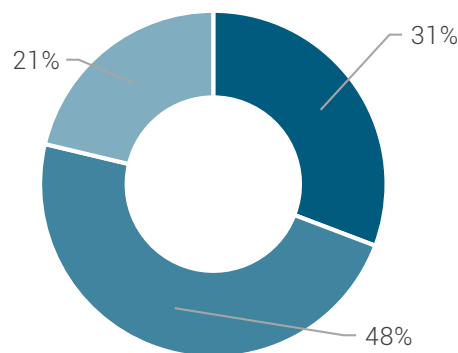
1 - Compete ao conselho regional, no âmbito da sua competência territorial: (...)

h) Promover a formação inicial e contínua dos advogados e advogados estagiários, designadamente organizando ou patrocinando conferências e sessões de estudo;

Em 2017, o Centro de Estudos contabilizou um total de 3.876 presenças nas suas ações de formações.

AÇÕES DE FORMAÇÃO		ADVOGADOS	ADVOGADOS ESTAGIÁRIOS	OUTRAS INSCRIÇÕES
FORMAÇÃO CONTÍNUA	CONFERÊNCIAS	1193	452	825
	PRIMEIRA FASE	--	1324	--
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO ESTÁGIO	SEGUNDA FASE	--	82	--
	<b>TOTAL</b>	<b>1193</b>	<b>1858</b>	<b>825</b>

## PRESENCAS



■ Advogados ■ Advogados Estagiários ■ Outros Profissionais

O Conselho Regional de Lisboa promoveu onze ações de formação em parceria com várias entidades:

Economia Digital e Direito

Curso de Inglês Jurídico | Legal English for Contract Drafting

Curso de Inglês Jurídico | Legal English for Contract Drafting

Diretiva 2010/64/EU | Direito à tradução e interpretação em Processo Penal

Alterações à Lei da Organização Judiciária

XVII Congresso Internacional do Interpoj

Colóquio A Presunção de Verdade e Titularidade no Sistema Registral Português





O Direito Administrativo foi a área com maior número de formações:

Administrativo	17
Apoio Judiciário	9
Trabalho	3
Família e Menores	1
Outras Áreas	6
<b>Total</b>	<b>36</b>

## Administrativo

O Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das demais entidades públicas

Código do Procedimento Administrativo – 2º aniversário

A confluência ou a separação dos regimes das impugnações administrativas e do novo contencioso pré-contratual

O (Novo) Código do Procedimento Administrativo: Dois Anos de Vigência

Novidades em matéria de preço anormalmente baixo no CCP: o regime atual e o futuro próximo

Novidades em matéria de responsabilidade financeira dos titulares de órgãos executivos autárquicos

Ciclo de conferências comemorativas do 2.º aniversário do CPA: “Fenómenos de desconcentração e descentralização:

a delegação de poderes e a coadjuvação perante o CPA

Conferência - Uma Lei para a Arbitragem Administrativa?

As Provisões Cautelares no Contencioso Administrativo

Ciclo de Conferências comemorativas 15º aniversário do CPTA

Ciclo de Conferências a Revisão do Código dos Contratos Públicos

A Prevenção da Corrupção e Outros Desafios à Boa Governação da Administração Pública

O Novo Código do Procedimento Administrativo, Dois anos de Vigência

A revisão do Código dos Contratos Públicos: as principais novidades

Âmbito do Código dos Contratos Públicos à luz da sua revisão: as Ordens Profissionais em particular

Os dois anos de vigência da revisão da legislação processual administrativa

A atividade inspetiva: a polícia administrativa à prova



## Apoio Judiciário

Seguros - Noções e princípios gerais

Apoio judiciário e a problemática dos recursos em processo penal

Estagiários e patronos no apoio judiciário

Seguro de Danos

Um olhar detalhado sobre a lei do Acesso ao Direito e aos Tribunais

Questões Frequentes do Apoio Judiciário

O Processo Penal e os Recursos Extraordinários

Processo Penal e os Recursos junto do Tribunal Constitucional

VII Jornadas Nacionais do IAD – Encontro dos Advogados do CRL



## Laboral | Família e Menores

Contributos da Ciência e da Prática Jurídica para a Coparentalidade

A Reforma do Processo de Trabalho - 1ª e 2ª edição

O Assédio no local de trabalho e as recentes alterações aos códigos do trabalho e de processo de trabalho



## NAS DELEGAÇÕES

Em 2017, o Conselho Regional de Lisboa continuou a apostar na formação descentralizada, em concreto, em conjunto com as Delegações.

Catorze Delegações organizaram ações de formação durante o ano transato, sendo os seguintes os temas preponderantes:

- » as questões frequentes do Apoio Judiciário,
- » os acidentes de trabalho,
- » a guarda partilhada,
- » as cobranças coercivas,
- » os seguros .

DELEGAÇÃO	TEMA	DATA
ALMADA	Cobranças Coercivas: Execuções Cíveis, Fiscais e Insolvência	22 de fevereiro
	Recuperação de Empresas	22 de março
	Acidentes de Trabalho	7 de junho
	Matar o Casal Conjugal. Fazer Nascer o Casal Parental. A Guarda Compartilhada	22 de junho
	Questões Frequentes do Apoio Judiciário	18 de outubro
	Processo Penal - Questões Práticas	6 de dezembro
AMADORA	Acidentes de Trabalho	9 de março
	Cobranças Coercivas, Execuções Cíveis, Fiscais e Insolvência	8 de junho
	Recursos em Processo Penal	31 de outubro
BARREIRO	A Regulação dos Conteúdos Disponíveis na Internet	15 de março
	Matar o Casal Conjugal. Fazer Nascer o Casal Parental. A Guarda Compartilhada	29 de março
	As Alterações à Lei da Organização Judiciária	2 de maio
	Gestão do Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais no CRL	22 de junho
	Mandado de Detenção na União Europeia	19 de setembro
CADAVAL	Cobranças Coercivas: Execuções Cíveis, Fiscais e Insolvência	30 de março
	Cobranças Coercivas: Execuções Cíveis, Fiscais e Insolvência	4 de abril
CALDAS DA RAINHA	Acidentes de Trabalho	23 de maio
	Questões Frequentes do Apoio Judiciário	5 de dezembro
	Matar o Casal Conjugal. Fazer Nascer o Casal Parental. A Guarda Compartilhada	13 de julho
	Recursos em Processo Penal	12 de dezembro
	Cobranças Coercivas, Execuções Cíveis, Fiscais e Insolvência	6 de junho
LOURES	Seguros, Noções e Princípios Gerais	3 de julho
	Novas Regras sobre a Recuperação de Empresas	14 de setembro
	Acidentes de Trabalho e	12 de outubro
	Acidentes de Trabalho	27 de junho
MONTIJO	Cobranças Coercivas: Execuções Cíveis, Fiscais e Insolvência	6 de abril
	Acidentes de Trabalho	11 de julho
OEIRAS	Cobranças Coercivas: Execuções Cíveis, Fiscais e Insolvência	7 de março
	Matar o Casal Conjugal. Fazer Nascer o Casal Parental. A Guarda Compartilhada	18 de abril
	Recuperação de Empresas	6 de junho
	Seguros - Noções e Princípios Gerais	26 de setembro
SEIXAL	Acidentes de Trabalho	15 de fevereiro
	Seguros, Noções e Princípios Gerais	21 de março
	Prescrição e Recursos em Processo Penal	19 de abril
	Matar o Casal Conjugal. Fazer Nascer o Casal Parental. A Guarda Compartilhada	30 de maio
	Julgado de Paz	11 de outubro
	O Assédio no local de trabalho	13 de dezembro
SESIMBRA	Recursos em Processo Penal	29 de novembro
	Alterações ao C.I.R.E	14 de dezembro
SINTRA	Cobranças Coercivas: Execuções Cíveis, Fiscais e Insolvência	3 de abril
	Matar o Casal Conjugal. Fazer Nascer o Casal Parental. A Guarda Compartilhada	27 de abril
	Gestão do Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais no CRL	19 de junho
TORRES VEDRAS	Cobranças Coercivas, Execuções Cíveis, Fiscais e Insolvência	25 de maio
	As Recentes Alterações Legislativas em Matéria de Reestruturação de Empresas	20 de junho
VILA FRANCA DE XIRA	Acidentes de Trabalho	20 de abril
	Matar o Casal Conjugal. Fazer Nascer o Casal Parental. A Guarda Compartilhada	24 de maio
	Recuperação de Empresas	12 de julho
	Recursos em Processo Penal	6 de dezembro
	O Estágio Na Ordem dos Advogados	28 de março
	Seguros - Noções e Princípios Gerais	21 de setembro

# SERVIÇO DO APOIO JUDICIÁRIO

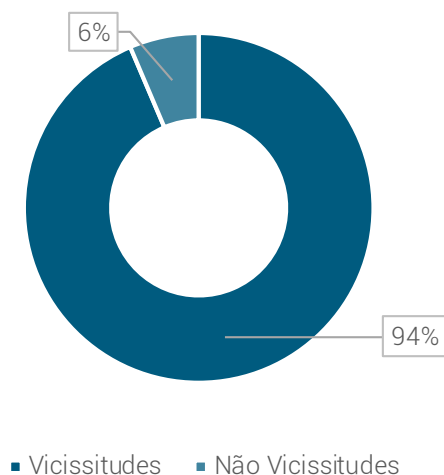
O Serviço do Apoio Judiciário incorpora a Secretaria e o Gabinete de Assessoria Jurídica.

## GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA

O Gabinete de Assessoria Jurídica analisa as escusas, as dispensas e substituições dos Advogados inscritos no SADT, emitindo notificações das várias etapas dos processos derivados ou não de Vicissitudes e, caso seja necessário, reúne com os requerentes.

Em 2017, foram emitidos 13.690 despachos provenientes de Vicissitudes, sendo a análise e resposta aos pedidos de Escusas, Dispensas e Substituições dos Advogados a matéria sobre a qual o gabinete mais se debruça, com 5.369 despachos.

### DESPACHOS



## ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Lei n.º 145/2015 de 9 de setembro

SECÇÃO X  
Conselhos regionais

Artigo 54.º  
Constituição

1 - Compete ao conselho regional, no âmbito da sua competência territorial: (...)

o) Nomear advogado ao interessado que lho solicite por não encontrar quem aceite voluntariamente o seu patrocínio e notificar essa nomeação, logo que realizada, ao requerente e ao advogado nomeado;

p) Julgar a escusa que o advogado nomeado nos termos referidos na alínea anterior eventualmente alegue, e que deve requerer dentro das 48 horas contadas da notificação da sua nomeação ou do facto superveniente que a fundamente;

SECÇÃO XI  
Presidentes dos Conselhos regionais

Artigo 55.º  
Constituição

1 - Compete ao presidente do conselho regional, no âmbito da sua competência territorial: (...)

m) Decidir sobre os pedidos de escusa e dispensa de patrocínio oficioso, apresentados pelos advogados e advogados estagiários da respetiva região;

## REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS NA ORDEM DOS ADVOGADOS

Regulamento n.º330-A/2008  
de 24 de Junho

### CAPÍTULO I Âmbito de aplicação

#### Artigo 1.º Objecto

2 – É da competência do Conselho Geral, nomeadamente:

a) Proceder à nomeação, notificação e substituição de Advogado e Advogado Estagiário;

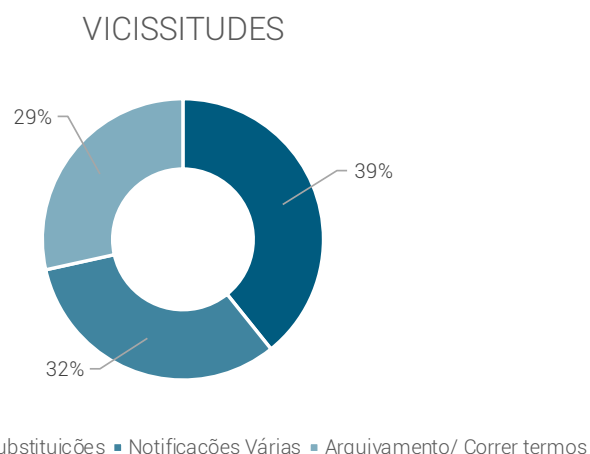
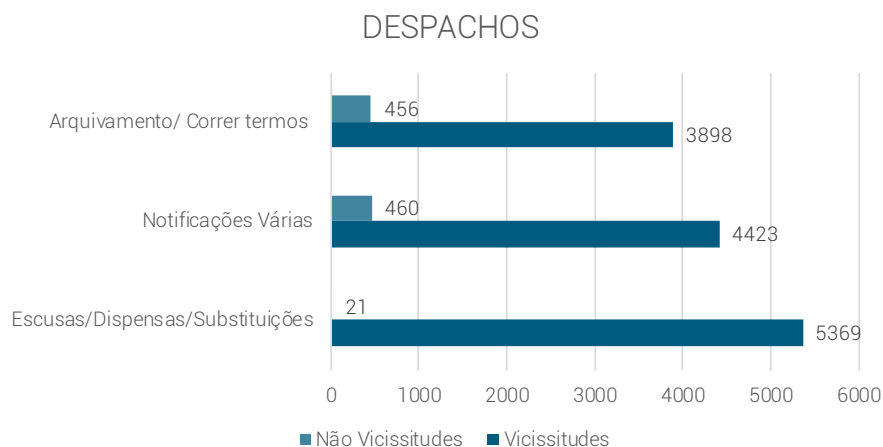
b) Decidir das vicissitudes criadas na plataforma informática pelos Advogados e Advogados Estagiários, com excepção da prevista no Artigo 51.º n.º 1 alínea n) do EOA;

c) Recusar nova nomeação decorrente de inviabilidade da acção ou da falta de colaboração do beneficiário.

3 – O Conselho Geral pode delegar no Presidente do Conselho Distrital territorialmente competente em razão da área geográfica a que pertença o domicílio profissional do Advogado ou do Advogado Estagiário, com faculdade de subdelegação em algum ou alguns dos membros do Conselho Distrital, bem como, nas Delegações ou nos respetivos Delegados, as competências referidas no número anterior.

4 - O Conselho Geral pode ainda delegar no Presidente da Delegação territorialmente competente em razão da área geográfica a que pertença o domicílio profissional do Advogado ou do Advogado Estagiário, com faculdade de subdelegação em algum ou alguns dos seus membros, as competências referidas no número 2.

	VICISSITUDES	NÃO VICISSITUDES
Escusas/Dispensas/Substituições	5369	21
Notificações várias	4423	460
Arquivamento/ Correr termos	3898	456
<b>Total</b>	<b>13690</b>	<b>937</b>



Em 2017, o Gabinete de Assessoria Jurídica emitiu um total de 14.627 despachos e elaborou uma média de 1.218 despachos por mês.

Foram marcadas 21 audiências a pedido dos beneficiários do Apoio Judiciário, tendo destas sido realizadas apenas 16, por falta dos beneficiários nas restantes.

O Gabinete de Assessoria Jurídica remeteu 4.628 notificações, por e-mail, aos Advogados nomeados, bem como aos Tribunais.

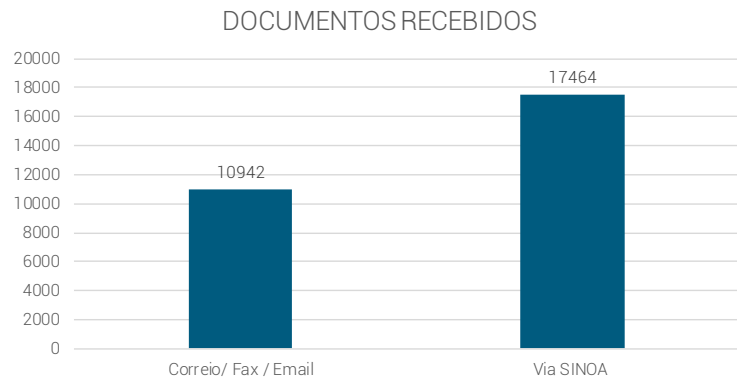
O Gabinete recebe, diariamente, processos que necessitam de análise urgente, em virtude de estar agendada uma diligência, ou de se encontrar a correr termos algum prazo processual.

## SECRETARIA

A Secretaria da Secção do Apoio Judiciário faz o atendimento aos requerentes e efetua a tramitação dos processos, nomeadamente as nomeações de patrono provenientes do Tribunais e outras entidades judiciárias bem como da Segurança Social.

O Conselho Regional de Lisboa recebe um elevado número de documentos dirigidos ao Serviço do Apoio Judiciário, com uma média de 108 por dia.

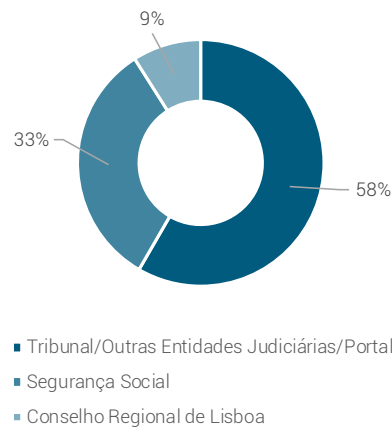
Correio/ Fax / Email	10.942
Via SINOA	17.464
<b>Total</b>	<b>28.406</b>



Em 2017, foram feitas 77.161 nomeações, pelas seguintes categorias:

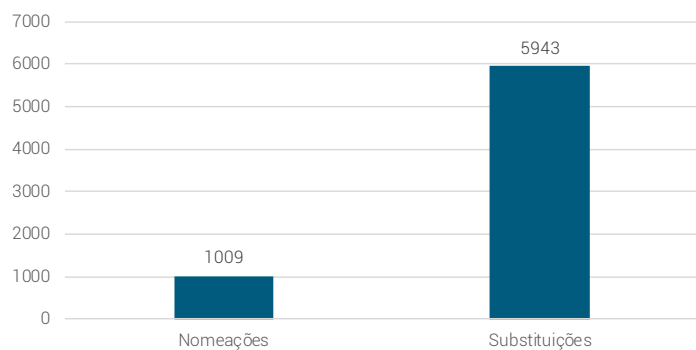
Tribunal/Outras Entidades Judiciárias/Portal	45.023
Segurança Social	25.186
Conselho Regional de Lisboa	6.952

### NOMEAÇÕES DE PATRONO



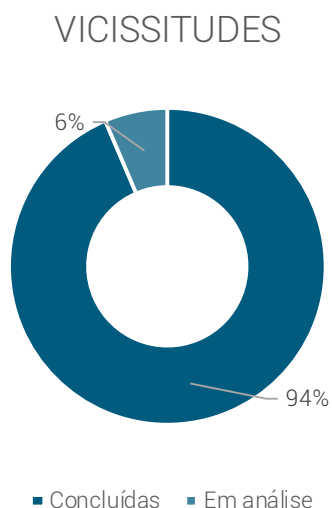
O Conselho Regional de Lisboa realizou 6.952 nomeações, dos quais 5.943 correspondem a substituições.

### NOMEAÇÕES EFETUADAS PELO CONSELHO



No que se refere aos pedidos de escusa, dispensa e substituições de Patrono, foram deferidas um total de 3.556 ao longo de 2017.

Das vicissitudes criadas no SINOA, 94% das mesmas foram concluídas e encontram-se em análise apenas 6%. Em 2017, foram criadas um total de 23.716 vicissitudes.



Importa destacar que os pedidos de Escusa/Dispensa de Patrocínio correspondem ao maior número de vicissitudes criadas no portal pelos Advogados, ao passo que a Secretaria atende à quase totalidade dos Pedido de substituição do Patrono pelo Beneficiário.

TIPO DE VICISSITUDE	PORTAL	SERVIÇOS
Arquivamento	--	253
Comunicações do Tribunal por falta de Nomeação	--	5
Dar sem efeito nomeação	947	554
Desistência da Nomeação por parte do Beneficiário	994	28
Devolução de Expediente do Beneficiário	--	272
Duplicação de Processos	144	33
Escusa/Dispensa de Patrocínio	5798	263
Falta de colaboração do Beneficiário	2681	32
Inviabilidade acção	1855	--
Morte do Beneficiário	61	1
Mudança de Domicílio => Comarca	1	142
Não confirmação dados (2ª devolução IGF)	36	--
Outros	176	1708
Pedido de substituição do Patrono pelo Beneficiário	2	1747
Processo não encontrado no Tribunal	46	5
Prorrogação do Prazo de Propositura	1916	16
Reclamação/Pedidos de Informação	1653	1016
Rectificação da S.S.	308	58
Saída do Advogado do AJ	743	22
Suspensão da Inscrição do Advogado na OA	103	97
Total	17.464	6.252

Em 2017, foram expedidos 47.488 ofícios via correio físico pelo Serviço do Apoio Judiciário, aproximadamente 179 ofícios por dia.

## ESCALAS DE PREVENÇÃO DOS ADVOGADOS

As escalas de prevenção do Advogados junto dos tribunais é gerada automaticamente pelo SINOA e divulgada junto dos mesmos. Contudo, em situações pontuais, o Serviço do Apoio Judiciário tem de intervir, comunicando alterações ao Conselho Geral e aos Advogados escalados, na sequência da criação de escalas com uma constituição específica.

	ENTIDADE	ADVOGADOS	DIAS	HORÁRIO
COMARCA DE LISBOA	JUÍZO DE INSTRUÇÃO CRIMINAL	7	Dias úteis	Das 09h00 às 12h30 Das 13h30 às 17h00
	SERVIÇO DE TURNO	2	Sábados e Feriados	Das 09h00 às 12h30 Das 13h30 às 17h00
	DIAP DE LISBOA	4	Dias úteis	Das 09h00 às 12h30 Das 13h30 às 18h00
	SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1	4ª   5ª	A partir das 10h30
	JUÍZO CENTRAL CRIMINAL E TRIBUNAL DE EXECUÇÃO DE PENAS	3	3ª   4ª   5ª	Das 09h00 às 12h30 Das 13h30 às 18h00
		1	2ª   6ª	Das 09h00 às 12h30 Das 13h30 às 18h00
	JUÍZO LOCAL PEQUENA CRIMINALIDADE de Lisboa	4	Dias úteis	Das 09h00 às 13h00 Das 13h00 às 17h00
	JUÍZO LOCAL CRIMINAL DE LISBOA	8	Dias úteis	Das 09h00 às 12h30 Das 13h30 às 16h00
	PSP - Divisão de Investigação Criminal de Lisboa	2	Dias úteis	Das 10h00 às 13h59 Das 14h00 às 18h00

	ENTIDADE	ADVOGADOS	DIAS	HORÁRIO	
COMARCA DE LISBOA OESTE	Cascais	JUÍZO LOCAL CRIMINAL	2	Dias úteis	Das 09h00 às 12h30 Das 13h30 às 16h30
	Oeiras	JUÍZO LOCAL CRIMINAL	2	Dias úteis	Das 09h00 às 12h30 Das 13h30 às 17h00
	Sintra	JUÍZO LOCAL CRIMINAL	5	Dias úteis	Das 09h00 às 12h30 Das 13h30 às 16h00
		SERVIÇO DE TURNO	1	Sábados e Feriados	Das 09h30 às 12h30
	Amadora	JUÍZO LOCAL CRIMINAL	2	Dias úteis	Das 09h00 às 12h30 Das 13h30 às 17h00
		SERVIÇO DE TURNO	1	Sábados e Feriados	Das 09h00 às 12h30
	Maifra	SERVIÇO DE TURNO	1	Sábados e Feriados	Das 09h00 às 12h30



		ENTIDADE	ADVOGADOS	DIAS	HORÁRIO
COMARCA DE LISBOA NORTE	Loures	JUÍZO CENTRAL CRIMINAL	1	Dias úteis	Das 09h00 às 12h30 Das 13h30 às 16h30
		JUÍZO LOCAL DE PEQUENA CRIMINALIDADE	1	Dias úteis	Das 09h00 às 12h30 Das 13h30 às 16h30
		JUÍZO LOCAL CRIMINAL	1	5ª   6ª	Das 13h30 às 17h00
			2	2ª   3ª   4ª	Das 09h30 às 12h30
		DIAP	3	Dias úteis	Das 09h00 às 12h30 Das 13h30 às 17h00
		SERVIÇO DE TURNO	1	Sábados e Feriados	Das 09h00 às 12h30
	Vila Franca de Xira	UNIDADE CENTRAL	1	Dias úteis	Das 09h00 às 12h30 Das 13h30 às 16h30

# SECÇÃO DE COMBATE À PROCURADORIA ILÍCITA

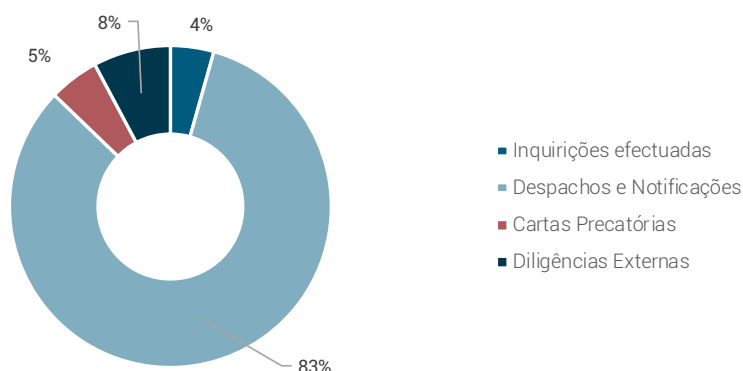
A Secção de Combate à Procuradoria Ilícita tem como função receber, averiguar e processar as queixas de prática de procuradoria ilícita recebidas.

A Secção de Combate à Procuradoria Ilícita instrui os processos, avalia participações, procede a inquirições e realiza diligências externas,.

Em 2017, a Secção elaborou 2.867 conclusões, notificações e informações, realizou 97 diligências externas e efetuou 46 inquirições. Foram efetuados 1.115 movimentos processuais, dos quais se destacam:

Inquirições efectuadas	46
Despachos e Notificações	872
Cartas Precatórias	53
Diligências Externas	82

MOVIMENTOS DE INSTRUÇÃO



## LEI DOS ACTOS PRÓPRIOS DOS ADVOGADOS

Lei n.º 49/2004, de 24 de Agosto

### Artigo 7.º

Crime de procuradoria ilícita

1 - Quem em violação do disposto no artigo 1.º:

a) Praticar actos próprios dos advogados e dos solicitadores;

b) Auxiliar ou colaborar na prática de actos próprios dos advogados e dos solicitadores é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias.

2 - O procedimento criminal depende de queixa.

3 - Além do lesado, são titulares do direito de queixa a Ordem dos Advogados e a Câmara dos Solicitadores.

4 - A Ordem dos Advogados e a Câmara dos Solicitadores têm legitimidade para se constituírem assistentes no procedimento criminal.

## ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Lei n.º 145/2015 de 9 de setembro

### SECÇÃO X

Conselhos regionais

### Artigo 54.º

Constituição

1 - Compete ao conselho regional, no âmbito da sua competência territorial: (...)

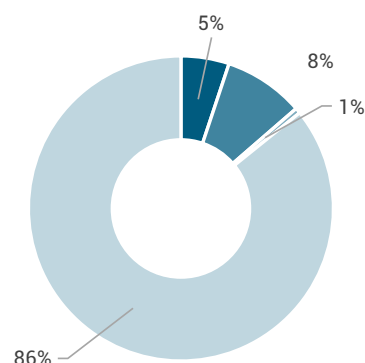
u) Exercer as competências que lhe são conferidas por lei relativas aos processos de procuradoria ilícita na área da sua região;

A Secção de Combate à Procuradoria Ilícita oficializa os seus atos através dos acórdãos que emite, no total de 181 em 2017.

Remete ao Instrutor ou Secretaria	9
Participação à Direção-Geral do Consumidor	15
Proposta de encerramento de escritório	1
Arquivamento do Processo	151
<b>Total</b>	<b>181</b>

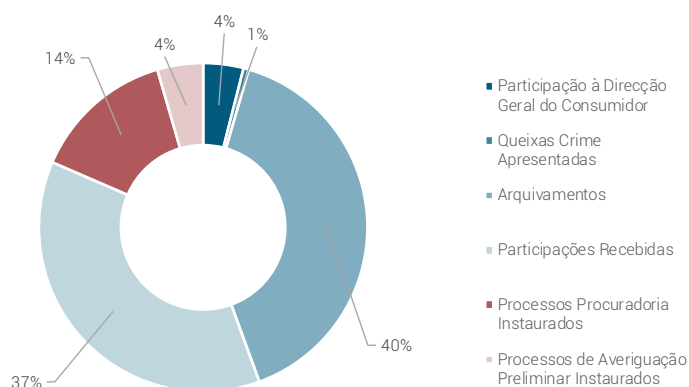
#### ACÓRDÃOS DA SECRETARIA/INSTRUTOR

- Remete ao Instrutor ou Secretaria
- Participação à Direção-Geral do Consumidor
- Proposta de encerramento de escritório
- Arquivamento do Processo



Participação à Direção Geral do Consumidor	15
Queixas Crime Apresentadas	2
Arquivamentos	151
Participações Recebidas	140
<b>Processos Procuradoria Instaurados</b>	<b>53</b>
<b>Processos de Averiguação Preliminar Instaurados</b>	<b>17</b>
<b>Total</b>	<b>379</b>

#### ACÓRDÃOS DA SECÇÃO



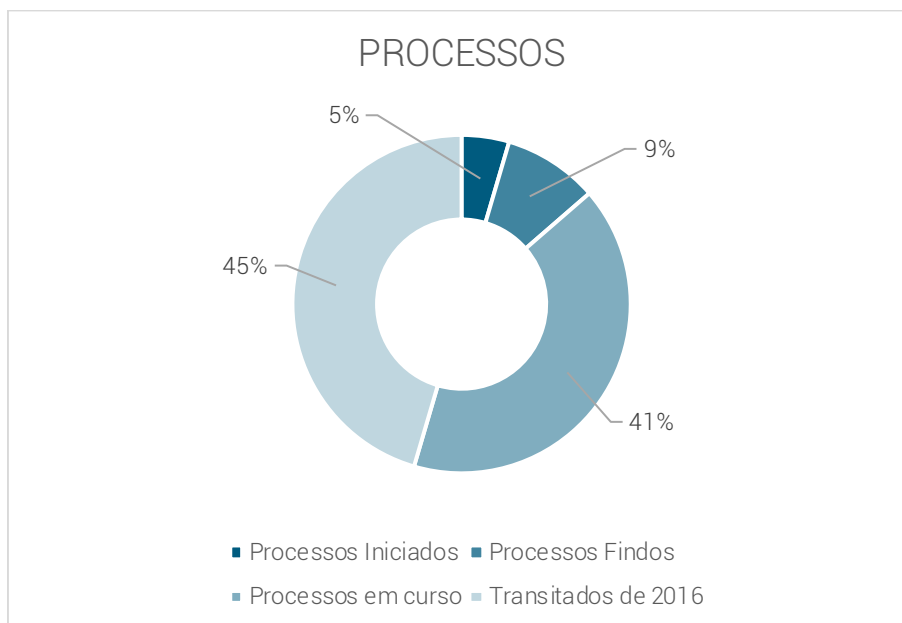
Transitaram de 2016, 434 processos e encontram-se pendentes 336: os particulares são os visados que mais se destacam

QUALIDADE DOS VISADOS	TOTAL
Particulares	108
Sociedades de Cobranças	47
Sociedades de Gestão de Condomínios	40
Advogados com inscrição suspensa	31
Sociedades de Consultoria	30
Sociedades de Contabilidade	21
Sociedade de Mediação Imobiliária	21
Associações ou Institutos	16
Agências de Documentação	8
Juntas de Freguesia	4
Técnicos de Oficiais de Contas	3
Incertos	3
Escolas de Condução	2
Bancos	1
Municípios	1
<b>Total</b>	<b>336</b>

# CAL – CENTRO DE ARBITRAGEM DE LITÍGIOS CIVIS, COMERCIAIS E ADMINISTRATIVOS DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Em 2017, o Centro de Arbitragem de Litígios Cíveis, Comerciais e Administrativos da Ordem dos Advogados (CAL) concluiu dois processos e expediu 214 notificações. Neste ano, o CAL deu início a um processo e efetuou cinco diligências, que incluem a audição de testemunhas, tentativas de conciliação, visita ao local e alegações.

Dez processos transitaram de 2016 e nove encontram-se em curso. O CAL efetua atendimento presencial, telefónico e via-email.

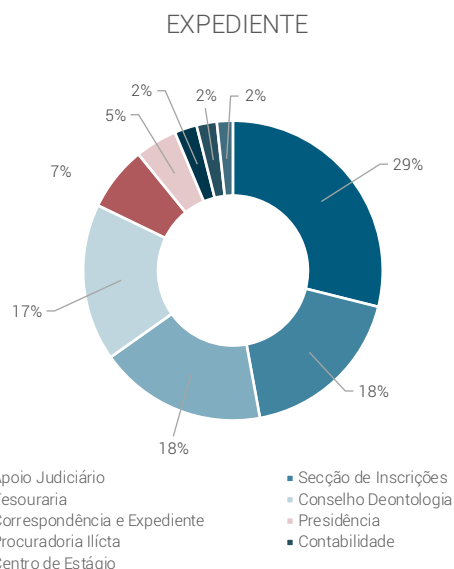


# GESTÃO E EXPEDIENTE

O Conselho Regional de Lisboa recebe um fluxo considerável de expediente, quer em suporte físico, quer em suporte informático, com destino aos vários núcleos de atividade

Em 2017, foram registadas 38.611 entradas, uma média de mais de 100 por dia. O serviço do Apoio Judiciário foi aquele que recebeu mais correspondência, seguido da Secção de Inscrições e da Tesouraria.

DEPARTAMENTO	ENTRADAS
Apoio Judiciário	11.129
Secção de Inscrições	7.021
Tesouraria	6.970
Conselho Deontologia	6.535
Correspondência e Expediente	2.689
Presidência	1.743
Procuradoria Ilícita	932
Contabilidade	843
Centro de Estágio	665
CAL	84
<b>Total</b>	<b>38.611</b>



O endereço [servicos.administrativos@crl.oa.pt](mailto:servicos.administrativos@crl.oa.pt) é o ponto de entrada de correio eletrónico e recebeu em 2017 2.637 e-mails. Na gestão de expediente, contabilizam-se, também, um conjunto de atos diversos tais como pedidos de emissão de declarações, autenticação de assinaturas ou respostas a pedidos de informações, num total de 3.416 ato.

Pedidos Informação Respondidos	203
Declarações Emitidas	300
Emails Recepcionados	2.637
Expediente Remetido a outros Órgãos da O.A.	170
Autenticações de Assinaturas	106



# IMAGEM E COMUNICAÇÃO

O Conselho Regional de Lisboa aposta na divulgação das suas iniciativas e atividades junto dos Advogados e Advogados Estagiários. A comunicação assume, portanto, uma dimensão relevante no Conselho, com uma participação ativa na rede social Facebook, a atualização constante do site [www.oa.pt/crl](http://www.oa.pt/crl) e o envio de mailing eletrónicos para os Advogados e Advogados Estagiários.

## FACEBOOK

A página do Conselho no Facebook ([www.facebook.com/cdloa](http://www.facebook.com/cdloa)) foi criada em 2009. Ao longo dos anos, a presença do Conselho Regional de Lisboa no Facebook tem sido uma das apostas na divulgação das suas atividades, principalmente na área da formação.

O Conselho Regional publica, pelo menos, uma história todos os dias da semana, às 14.30 ou às 11.30. Ao longo do ano, foram publicadas 289 histórias e interagiram com a página 23.328 utilizadores. 67.9424 utilizadores viram no ecrã (computador, tablet ou telemóvel) os conteúdos de ou sobre a página do Conselho Regional.

Em 2017, a página ganhou 712 novos fãs e perdeu 187 e, à data de 31 de dezembro, tinha 6.382 fãs.

O Comunicado conjunto de Conselho Regional e do Conselho de Deontologia sobre as intervenções públicas dos Advogados sobre processos pendentes alcançou 36.421 pessoas, obteve 354 gostos, foi partilhado 177 vezes e recebeu 36 comentários.

The image shows a Facebook post from the 'Conselho Regional de Lisboa' page. The post is a text-based announcement regarding the rules for public interventions by lawyers. The analytics sidebar on the right provides a breakdown of the post's performance.

**Desempenho da tua publicação**

0 Pessoas alcançadas		
580 Reações, comentários e partilhas		
1062 Gostos	339 Na publicação	723 Em partilhas
45 Alikes	19 Na publicação	26 Em partilhas
11 Fics	0 Na publicação	11 Em partilhas
3 Surpresa	0 Na publicação	3 Em partilhas
1 Tiração	0 Na publicação	1 Em partilhas
45 Comentários	45 Sobre a publicação	0 Sobre as partilhas
177 Partilhas	177 Sobre a publicação	0 Sobre as partilhas
0 Cliques em publicações		
0 Visualizações de fotos	0 Cliques em imagens	0 Outros cliques
<b>OPINIÃO NEGATIVA</b>		
0 Ocultar publicação	0 Ocultar todas as publicações	
0 Denunciar como spam	0 Cancelamentos de gostos	

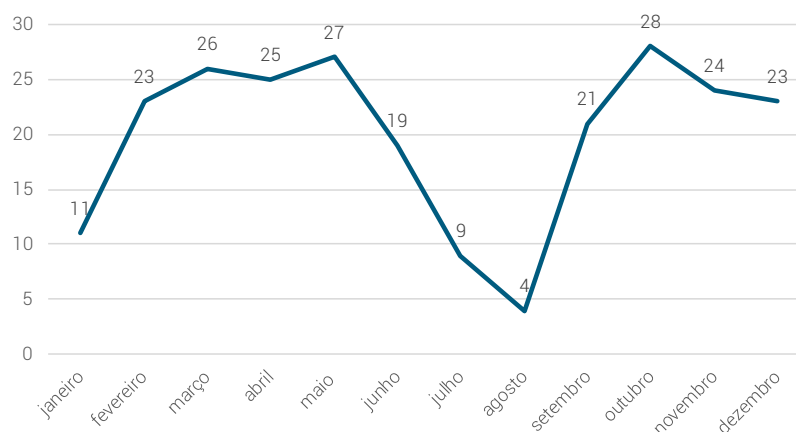
As estatísticas denunciadas podem estar atrasadas quando aparecerem nas publicações.

## WWW.OA.PT/LISBOA

De 1 de Janeiro a 31 de dezembro de 2017, foram publicadas 131 notícias no site do Conselho Distrital de Lisboa, numa média mensal de 22 publicações. Os meses de março e maio registaram o maior número de notícias publicadas.

janeiro	11
fevereiro	23
março	26
abril	25
maio	27
junho	19
julho	9
agosto	4
setembro	21
outubro	28
novembro	24
dezembro	23

PUBLICAÇÃO DE NOTÍCIAS



## YOUTUBE

O Canal de Youtube do Conselho Regional de Lisboa disponibiliza 278 vídeos, grande parte deles de natureza formativa. Em 2017, foram carregados 52 vídeos:

A Prevenção da Corrupção e outros desafios à boa governação da Administração Pública	12
A Revisão do Código dos Contratos Públicos	17
(Novo) Código do Procedimento Administrativo – Dois Anos de Vigência	13
A Presunção de verdade e titularidade no Sistema Registral Português	9
Intervenção do Dr. António Jaime Martins no Bom Dia Portugal   RTP 1	1

O tempo de visualização, as subscrições e as visualizações individuais aumentaram sempre em relação a 2016.



## COMUNICADOS

O Conselho Regional de Lisboa emitiu vários comunicados dirigidos à classe durante o ano de 2017, sempre que assim considerou necessário. Esta forma de comunicação institucional do Conselho perante as questões que se prenderam com o exercício da profissão foi divulgada no Facebook, no site do Conselho Regional e junto dos órgãos de comunicação social.

Segue-se a enumeração dos comunicados mais relevantes:

### **5 de setembro Reabertura dos Tribunais**

» Neste tempo como noutros, os Colegas podem contar com o Conselho Regional de Lisboa para, com independência, de forma isenta e livre, fazer ouvir a voz dos Advogados, seja externamente perante os poderes instituídos, seja internamente perante os outros órgãos da Ordem dos Advogados, com os quais colaborará de forma intransigente para a melhoria das condições de exercício da profissão e do sistema de justiça.

### **25 de setembro Deliberação do CRL sobre a Lei de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo**

» O Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados reafirma o seu inalienável compromisso com os valores da Advocacia Livre e Independente e o seu propósito de jamais transigir na defesa dos direitos e das imunidades que a Constituição e a lei conferem aos Advogados portugueses para a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

### **3 de novembro Carta Aberta ao Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais Alterações ao Regime Simplificado**

» É por isso que, quase a terminar esta minha missiva, me permito fazer-lhe um singelo e modesto apelo: se o Ministério das Finanças não pode, ou, simplesmente, não quer, desagrar os impostos para os trabalhadores independentes, como está na disposição de fazer para todos os outros portugueses, permita-se rogar-lhe que, pelo menos, não os agrave através das alterações ao regime simplificado.

### **13 de novembro Conselho Regional e Conselho de Deontologia de Lisboa**

» Pese embora o Estatuto da Ordem dos Advogados contenha regras precisas que disciplinam as intervenções públicas dos advogados sobre processos pendentes, impondo que as mesmas sejam precedidas de autorização do Presidente do Conselho Regional ou, em caso de manifesta urgência, objeto de comunicação posterior, nos últimos tempos e, designadamente, a propósito de processos mediáticos, têm-se vulgarizado as intervenções televisivas protagonizadas por advogados sem o necessário enquadramento estatutário.

### **27 de novembro Nomeações no âmbito do SADT para 1.º interrogatório judicial**

» Com efeito, constitui entendimento do Conselho Regional de Lisboa e da Delegação de Sintra que o direito de defesa que assiste áqueles ou a quaisquer outros cidadãos detidos só é susceptível, em regra, de se concretizar de forma cabal e digna, através da nomeação de um advogado para cada arguido.

### **20 de dezembro Participação crime contra incertos visando o "Portal da Queixa – Ordem dos Advogados**

» A Ordem dos Advogados, através dos seus diferentes órgãos, é a única entidade a quem legalmente está atribuída a competência para tramitar queixas, quer no que respeita ao regime de acesso ao direito, quer quanto à responsabilidade disciplinar dos seus membros, e nunca delegou em nenhum outro organismo ou instituição, as funções de interesse público que lhe foram atribuídas pelo Estado.

### **29 de dezembro Carta aberta aos Grupos Parlamentares**

» Não me competindo formular qualquer juízo de valor sobre a bondade das alterações introduzidas, permitam-me, no entanto, que lhes manifeste a minha compreensão quanto à necessidade de clarificar a possibilidade de recuperação do imposto sobre o valor acrescentado (de agora em diante IVA), em resultado do confronto com a corrente interpretativa da Autoridade Tributária e Aduaneira, aliás, usual perante qualquer contribuinte e invariavelmente estribada no in dubio pro Fisco.



# RESPONSABILIDADE SOCIAL

## UNICEF

O Conselho Regional de Lisboa cooperou com a UNICEF, concedendo um donativo para a aquisição de vacinas contra o sarampo, contribuindo, deste modo, para salvar a vida de centenas de crianças em todo o mundo.



## CAMPANHA PAPEL POR ALIMENTOS

No âmbito da campanha Papel por Alimentos promovida pela Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, em torno da qual todo o papel recolhido é convertido em produtos alimentares a distribuir pelos mais carenciados, o Conselho Regional de Lisboa reuniu cerca de 1000 quilos de papel que entregou ao Banco Alimentar.



## FESTA DE NATAL DOS SEM-ABRIGO

### COMUNIDADE VIDA E PAZ

O Conselho Regional de Lisboa, à semelhança de muitas outras entidades, esteve presente na 29ª Festa de Natal das pessoas em situação de sem-abrigo ou em condição de vulnerabilidade social, organizada pela Comunidade Vida e Paz, que decorreu nos dias 15, 16 e 17 de Dezembro, na Cantina da Universidade de Lisboa

Cerca de 1.500 pessoas sem abrigo tiveram o seu Natal na Festa da Comunidade Vida e Paz, durante a qual lhes foram disponibilizados vários bens e serviços, tais como oferta de roupa e prestação de atendimento nas áreas de saúde (consultas médicas e dentárias), bem-estar (cabeleireiro) e cidadania (serviços da Loja do Cidadão e apoio jurídico).



# RECURSOS HUMANOS

## FORMAÇÃO

O Conselho Regional de Lisboa disponibiliza formação aos seus colaboradores, nas áreas consideradas indicadas para o seu desenvolvimento profissional. Em 2017, contabilizaram-se cinquenta e três participações em várias ações de formação:

AÇÃO DE FORMAÇÃO	CONSELHO REGIONAL	CONSELHO DE DEONTOLOGIA	TOTAL
Conferência   <i>A mediação e a arbitragem como meios de resolução alternativa de litígios</i>	21h00		21h00
Conferência   <i>Dossier Fiscal e Anexo &amp; Aspectos Principais da IES</i>	8h30		8h30
Conferência   <i>O (Novo) Código do Procedimento Administrativo, Dois Anos de Vigência</i>	15h15	22h30	37h45
Conferência   <i>Ordem explica nova Protecção de Dados</i>	3h30		3h30
Conferência   <i>Prova digital em Processo Penal</i>	15 h 00	22h30	37h30
Conferência   <i>Regulamento Geral de Protecção de Dados</i>	56h00	8h00	64h00
Conferência   <i>Sessão de esclarecimento interna sobre o Regulamento Geral de Protecção de Dados</i>	4h30	1h30	6h00
Conferência   <i>A revisão da legislação processual administrativa: dois anos de vigência</i>	7h00		7h00
Conferência   <i>A Revisão do Código dos Contratos Públicos: As principais novidades</i>	15h10		15h10
Conferência   <i>Âmbito do Código dos Contratos Públicos à luz da sua revisão: As ordens profissionais em particular</i>	6h00		6h00
Conferência   <i>O (Novo) Código do Procedimento Administrativo: dois anos de vigência - parte II</i>	7h30		7h30
Conferência   <i>VII Jornadas Nacionais do IAP</i>	45h30		45h30
Curso   <i>Inglês Jurídico - Legal English for Business Law, Contract Law &amp; Negotiations</i>		24h00	24h00
Curso   <i>Inglês Jurídico - Advanced Legal English Grammar</i>	8h00		8h00
Curso   <i>Inglês Jurídico - Legal English for Contract Drafting</i>	8h00		8h00
<b>Total</b>	<b>220h55</b>	<b>78h30</b>	<b>299h25</b>

## RECURSOS HUMANOS

### Estrutura Organizativa do CRL

#### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Secretária-Geral | Ana Dias

Assessoria Jurídica | Sandra Barroso

Comunicação e Imagem | Suzana Rebelo

Estudos e Projetos | Sofia Galvão

Secretariado da Presidência | Isabel Martins

#### SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Paula Bôcas, Cátia Fernandes, Cláudia Pereira, Fernanda Cruz, Sónia Carvalho, Vanda Varatojo

#### CENTRO DE ESTÁGIO

Isabel Carmo, André Andrade, João Frazão, Rui Martins

#### CENTRO DE ESTUDOS

Sandra Baptista, Marta Pereira

#### SECÇÃO DE INSCRIÇÕES

Susana Barão, Acácia Rôlo, Lisete Monteiro

#### PROCURADORIA ILÍCITA

Jorge Raposo, Icílio Ferreira

#### APOIO JUDICIÁRIO

Assessoria Jurídica | Carla Marques, Célia Midões

Gestão Administrativa | Emília Reis, Luciana Pimenta, António Andrade, Cândida Barata, Catarina Raposo, Carla Ferreira, Isabel Inocêncio, Marta Mota

#### INFORMÁTICA

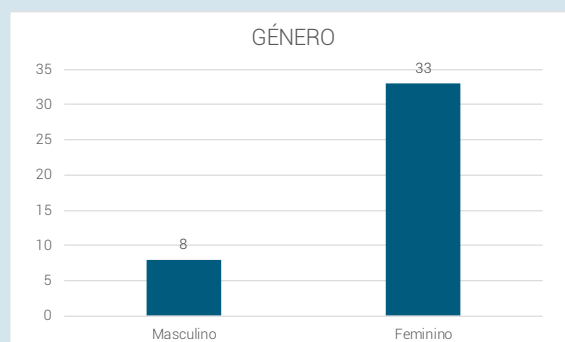
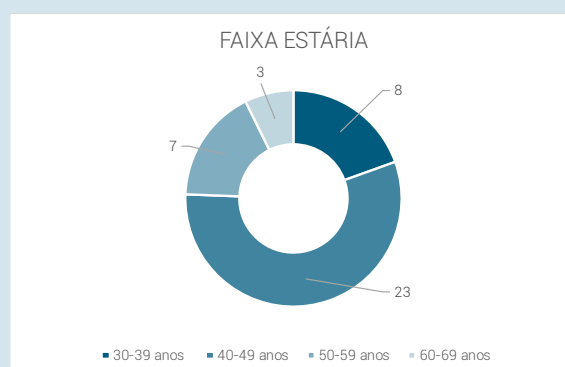
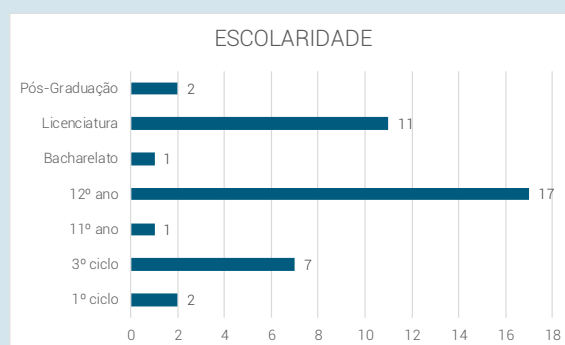
Pedro Mira Godinho, Ricardo Maurício

#### ATENDIMENTO GERAL E GESTÃO DE EXPEDIENTE

Carla Martins, Elizabete Ferreira, Helena Cerqueira, Maria João Ferrinho

#### MANUTENÇÃO

Ana Cristina Carvalho, Ilda Basílio, Leonilde Tomé



# CONDOLÊNCIAS

O Conselho Regional de Lisboa curva-se respeitosamente perante a memória dos Colegas falecidos que com o seu trabalho e saber muito contribuíram para a dignificação da advocacia, e expressa sentidas condolências às respectivas famílias.

Adelino Henriques de Carvalho  
Álvaro de Mendonça Machado de Araújo  
António Manuel Cardoso da Mota  
António Manuel da Cruz Antunes  
António Maria Augusto Parreira de Faria Blanc  
António Martins da Cruz  
António Orfão Correia E Vale  
António Pais Pires de Lima  
António Theodoro da Silva Taborda Pignatelli  
Armindo Dias Prudente  
Bernardino Barbas Pires  
Cecília Aguiló Y Fuster Caria Mendes  
Custódio Augusto Sacramento  
Duarte Nuno de Soveral Rodrigues Pereira  
Eduardo Nuno de Almeida Picado  
Fernando de Sousa Brito d Abreu  
Francisco Antunes da Silva  
Francisco Macedo Toco  
Francisco Maria Dias da Cunha Reis  
Gennaro Arturo Eugenio Pugliese  
Henrique Carlos Medina Carreira  
Jaime Casimiro Perianes Palma  
Jerónimo Mira Vaz  
João de Matos  
João de Sena Cabral Araújo dos Santos  
João Luis Ferreira Rebêlo  
Joaquim António Paes Pires de Lima  
Joaquim Maria Pessanha Alcoforado Saldanha  
Joaquim Pedro de Pina Manique Amaral Barata  
Jorge Fernando da Silva Gomes Santos  
Jorge Manuel de Moura Neves Fernandes  
José Anselmo Aparicio Y Calvo de Seixas  
José Antunes Pimenta  
José Eduardo Medeiros Rocheta Cassiano  
José Fernando Andrade Vasconcelos Abreu  
José João Batista  
José Manuel Duarte André  
José Maria Augusto Carneiro Nunes Correia  
José Maria Roque Lino

José Nogueira  
José Norberto das Neves Videira de Amaral  
José Vicente Pizarro Xavier Montalvão Machado  
Luis António de Albuquerque Inácio  
Luis António Sanches Araújo  
Luis Filipe de Castilho e Cunha  
Luís Pires Gonçalves Ginja  
Luisa Maria Nunes Ramos Franco Tavares  
Manoel Pestana da Silva Netto  
Manuel António de Magalhães Correia Leite  
Manuel Correia Neves  
Manuel Costa Maurício Carvalho  
Manuel Custódio Bonaparte Figueira  
Manuel Matos Antão  
Manuel Neves Tavares de Oliveira  
Marcelo Rodrigues  
Maria Francisca Pratas  
Maria Sofia Martins Pereira Paramés Malha Valente  
Mário Alberto Nobre Lopes Soares  
Mário Bento Martins Soares  
Mário Luís Jorge Mendes Neto  
Miguel Ângelo de Almeida Marrafa  
Miguel dos Santos Lopes da Costa  
Miguel Maria Torre do Valle D'Aviliez  
Nicolau Ribeiro Tolentino  
Nuno Brederode dos Santos  
Nuno João Silva Fontinha  
Nuno Miguel de Brito Lopes  
Óscar Manuel Narciso Reis Goes  
Otília da Conceição Raposo Tello da Gama  
Paulo Manuel da Conceição Marques  
Pedro Miguel Ferreira Marques Silva  
Rui António Craveiro Afonso  
Rui Frazão  
Rui Pereira dos Reis Miranda  
Simão José Nunes Santiago  
Tomaz Alfredo Ramalho Baptista  
Tomáz Egil Hallen de Bairros  
Victor Manuel Tomás Rodrigues Madeira



ORDEM DOS ADVOGADOS  
CONSELHO REGIONAL DE LISBOA

